

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DUANY CRISTINI RAMBO

EVELIZE MAJESKI

**EDUCAÇÃO SEXUAL NO ENSINO MÉDIO: AS MÚLTIPLAS LINGUAGENS
COMO MÉTODO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO**

CURITIBA

2016

DUANY CRISTINI RAMBO

EVELIZE MAJESKI

**EDUCAÇÃO SEXUAL NO ENSINO MÉDIO: AS MÚLTIPLAS LINGUAGENS
COMO MÉTODO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Teoria e Prática de Ensino como requisito parcial à conclusão do curso de Ciências Biológicas da Universidade do Paraná.

Orientadora: Prof^a Dr^a Araci Asinelli-Luz.

CURITIBA

2016

DEDICATÓRIA

*A todas/os as/os educadoras/es, mas
principalmente àqueles que com um
pé no chão e outro nas estrelas
sonham com uma educação
inovadora.*

AGRADECIMENTOS

Aos nossos pais pelo amor, apoio e incentivo.

À esta universidade, que nos permitiu explorar e construir os conhecimentos que nos formam hoje.

À nossa orientadora, Prof^a Dr^a Araci Asinelli da Luz, pelo apoio, pelos conselhos e pela partilha de experiência.

Aos nossos professores, que nos inspiraram ao pensamento crítico, à desconstrução dos paradigmas e à busca de um mundo melhor.

Aos nossos amigos e colegas, por tornarem tudo menos difícil, pelos debates, pela companhia e pelos momentos de lazer.

As lutadoras e lutadores que defenderam uma educação pública, gratuita e de qualidade, e que nos possibilitaram adentrar e nos formar num curso de ensino superior.

Às e aos que lutam hoje, como nós, por nenhum direito a menos e por uma vida digna e justa para todas e todos.

**"Sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me
insere na busca, não aprendo nem ensino"**

Paulo Freire

RAMBO, Duany Cristini; MAJESKI, Evelize. **Educação sexual no ensino médio**: as múltiplas linguagens como método didático-pedagógico. Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas. Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

RESUMO

A sexualidade e o gênero são temas considerados tabus, e por isso o ensino sobre eles é difícil, mesmo no âmbito escolar. Esse trabalho teve como objetivo verificar se as múltiplas linguagens poderiam ser um facilitador no processo de ensino-aprendizagem sobre os temas sexualidade e gênero, além de fazer um levantamento do conhecimento dos alunos sobre o assunto e das fontes de informações disponíveis. A pesquisa foi realizada em um Colégio Estadual da região central de Curitiba - Paraná. Primeiramente foi feita uma revisão do material didático disponível aos alunos e de outros materiais disponíveis no contexto social, como folhetos e livros da biblioteca do mesmo colégio. Posteriormente foi utilizada com os alunos a técnica de grupo focal para fazer um levantamento do conhecimento dos alunos sobre o tema. Por último foram explicados os conhecimentos discutidos no grupo focal a fim de sanar as dúvidas e foi proposta aos alunos a elaboração de materiais que utilizassem linguagens com que eles se identificassem, como música, poema, teatro, para servir como divulgação de informação dos assuntos discutidos. Foi visto que os livros e materiais avaliados apresentavam uma abordagem mais biológica-higienista, e que os alunos não dominavam totalmente alguns assuntos propostos nos grupos focais, porém tais conceitos foram aprimorados na apresentação do material utilizando múltiplas linguagens. Além disso, foi possível ver que os participantes sentiram-se mais a vontade nesse último momento. Conclui-se que os objetivos foram alcançados, e que as múltiplas linguagens podem atuar facilitando o ensino de gênero e sexualidade, logo deixa-se como sugestão para outros educadores essa metodologia.

Palavras-chave: Sexualidade; Gênero; Ensino; Múltiplas linguagens;

RAMBO, Duany Cristini; MAJESKI, Evelize. **Sex education in high school: the multiple languages as didactic-pedagogical method.** Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas. Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

ABSTRACT

The sexuality and gender are usually taboo topics, that are why teaching about them is difficult, even at schools. This research have as a goal to verify if the multiple languages could make easier the process of teaching-learning about these topics, sexuality and gender. Besides, it makes a collection of knowledge from students on the subject and information available. The research has been realized at a State School of the central region of Curitiba – Paraná. First, it was made a review of educational material available for students and other materials available in the social context, like flyers and even school library books. Later, it was used with students the focus group technique to make a survey of students' knowledge on the subject. Finally, the knowledge discussed in the focus group was explained in order to remedy the doubts, and also was proposed to students preparing materials that use languages which they identify, like music, poem and theater, to serve as information dissemination of the issues discussed. It was seen that the books and other materials availed presented a more biological-hygienic approach, and that the participants did not fully master some subjects proposed in focus groups, but such concepts were enhanced in the presentation of the material using multiple languages. In addition, it was possible to see that the participants felt more comfortable at this last moment. It is concluded that the objectives have been achieved, and that multiple languages can act by facilitating the teaching of gender and sexuality, thus this methodology is left as a suggestion to other educators.

Keywords: Sexuality; Gender; Teaching; Multiple languages;

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Publicações de artigos em português em bancos de dados acadêmicos.....	17
Tabela 2 - Publicações de artigos em inglês em bancos de dados acadêmicos	18
Tabela 3 - Abrangência das categorias de análise para o grupo focal.....	41

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
APF - Associação do Planejamento da Família
BEMFAM - Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil
BVS - Biblioteca Virtual em Saúde
CEP - Comitê de Ética em Pesquisa
DIU - Dispositivo Intra Uterino
DNA - Ácido Desoxiribonucléico
DST - Doença Sexualmente Transmissível
EM - Ensino Médio
ES - Educação Sexual
GF1 - Grupo Focal 1
GF2 - Grupo Focal 2
HIV - Vírus da Imunodeficiência Humana
HS - High School
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMC - Índice de Massa Corporal
LGBT/GLBTTT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MEC - Ministério da Educação
ML - Múltiplas Linguagens / Multiple Languages
ONG - Organização Não Governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais
SE - Sex Education
SUS - Sistema Único de Saúde
UFPR - Universidade Federal do Paraná
UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	17
1.1. Revisão sistemática	17
1.2. História da educação sexual no Brasil	18
1.3. As 8 abordagens da educação sexual	23
1.4 As múltiplas linguagens	27
2. METODOLOGIA.....	29
2.1 Delineamento da pesquisa.....	29
2.2 Participantes	29
2.3 Campo de pesquisa	30
2.4 Materiais de análise	30
2.5 Coleta de dados	31
2.6 Análise do grupo focal.....	33
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	34
3.1 Livros didáticos	34
3.2 Outros materiais disponíveis.....	38
3.3 Grupos focais.....	41
3.3.1 Categoria 1 - SABER	41
3.3.2 Categoria 2 - FAZER	45
3.3.3 Categoria 3 - CONVIVER	46
3.3.4 Categoria 4 - SER.....	47
3.4 Intervenção	49
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52
APÊNDICE A - TALE - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido	57
APÊNDICE B - Roteiro do Grupo Focal	579
ANEXO 1 - Caderneta de Saúde da/o Adolescente	60
ANEXO 2- Panfleto “AIDS - Prevenir é a grande questão.”	611
ANEXO 3 - Guia Agentes da Cidadania LGBT.....	612
ANEXO 4 - Atividade 1 (cartaz).....	633
ANEXO 5 - Atividade 2 (cartaz).....	644
ANEXO 6 - Atividade 3 (roteiro de teatro)	655
ANEXO 7 - Atividade 4 (história em quadrinhos)	666

INTRODUÇÃO

As primeiras tentativas de inclusão da educação sexual no currículo brasileiro ocorreram na década de 20, quando, após intensos debates entre educadores, médicos e outros profissionais, o Congresso Nacional aprovou a Educação Sexual nas escolas, porém com abordagem claramente biológica e higienista, buscando combater doenças venéreas, e pautado, nos primeiros anos, na figura feminina e seu papel na maternidade (AQUINO; MARTELLI, 2012). Com o Golpe Militar, em 1964, se adotou uma abordagem moralista e com censura nas escolas, o que provocou uma interrupção nos trabalhos de educação sexual que vinham avançando. Na década de 70, com a reabertura política, começaram as discussões a respeito do gênero, em boa parte devido aos movimentos feministas, o que levou a inclusão da temática nas investigações acadêmicas (CÉSAR, 2009a). Vários seminários e encontros sobre a Educação Sexual ocorreram nos anos seguintes, assim como publicações de livros e periódicos, e com o advento da AIDS na década de 1980, aumentou o interesse da população na educação sexual ser colocada na escola. Como resultado, em 1996 o MEC incluiu a “orientação sexual” nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) como um “tema transversal” (FIGUEIRÓ, 1998). Deste período até os dias atuais houveram muitos ganhos e avanços no que diz respeito à inclusão da temática nas escolas e documentos oficiais, mas os dados apontam que ainda há muito a se fazer.

No Brasil da década de 1980, as mulheres de 15 a 19 anos representavam apenas 9% da taxa de fecundidade total, entre mulheres de 15 a 49 anos, em 2000 elas passaram a representar 20%, assim também ocorreu com o número de casos de AIDS diagnosticados entre as jovens de 13 a 19 anos, que cresceu 75% entre 1991 e 2000 (ABRAMOVAY, 2004). No Relatório Mundial sobre População da ONU, o Brasil apresenta taxas acima da média mundial de gravidez na adolescência, sendo que só em 2003, 25% do total de gastos públicos com partos no país era feito em jovens de 10 a 19 anos. A gravidez nesta faixa etária é vista como sendo problemática tanto pelos adolescentes, como pais e professores, principalmente pelas consequências: interrupção do estudo e constituição prematura de uma família (ABRAMOVAY, 2004). A Pesquisa Nacional de Saúde de 2013 mostra que continua relacionada a baixa

escolaridade com a gravidez precoce, sendo de 87% para mulheres sem instrução ou com fundamental incompleto e de 56,4% para mulheres com ensino superior (IBGE, 2015). Além disso, a intolerância e a discriminação contra a comunidade LGBT vêm aumentando constantemente, principalmente entre os jovens, que representam 61,43% das vítimas de violência, de acordo com o Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: ano de 2012. Ainda segundo o relatório, o aumento do número de denúncias de violência contra pessoas devido a sua orientação sexual ou identidade de gênero, aumentou 166,09% em comparação com o ano anterior (BRASIL, 2013). A adolescência e a juventude vem ocupando, portanto, nas últimas duas décadas, um lugar importante no que concerne à preocupação relacionada à saúde sexual, cabendo a escola relacionar o ensino com o respeito às diversidades, trabalhando as relações de gênero e a sexualidade (ABRAMOVAY, 2004).

O presente trabalho busca, então, apresentar a importância de se abordar os temas sexualidade (com enfoque para gravidez na adolescência e DSTs), e gênero dentro das escolas, sugerindo como metodologia as múltiplas linguagens, que são atividades de multimodalidade, como leituras, teatro, quadrinhos, grafite, documentários, blogs, artigos em revistas científicas, etc. (SANTOS et al, sem data). Propomos a utilização destas múltiplas linguagens por entendermos que, apesar da Educação Sexual estar presente nos documentos oficiais, numa proposta “transversal”, o que ocorre em sala de aula é que apenas professores de Ciências e Biologia trazem a temática, e ainda assim apenas quanto à sexualidade, de forma pontual (SANTOS, 2009). Segundo Furlani (2008) essa forma de abordar a sexualidade em relação às doenças, partiria de um determinismo biológico centrada na promoção da saúde, incluindo prevenção e planejamento familiar, uma abordagem biológica-higienista. Além disso, atividades pontuais em datas comemorativas e a ausência de temática que aborde questões sobre sexualidade, étnico-raciais, de classe e de gênero, na escola, acaba por perpetuar as desigualdades sociais, pregando um discurso de “tolerância” e “respeito”, sem questionar as relações de poder (LOURO, 2005 apud FURLANI, 2008). Há ainda mais um impasse, segundo Santos (2009), professores de outras disciplinas afirmam não se sentirem preparados para trabalhar o tema, por não terem recebido formação na graduação ou continuada, e admitem a dificuldade em trabalhar sexualidade e afetividade em sala de aula

(RUA; ABRAMOVAY, 2001; CASTRO; ABRAMOVAY, 2003 apud ABRAMOVAY, 2004).

A partir desta dificuldade em se lidar com o tema na escola, partimos do problema de pesquisa referente à facilidade de se abordar a sexualidade e o gênero, em todos os seus aspectos, que ainda são considerados tabus, através das múltiplas linguagens. Cada indivíduo se identifica mais com determinada inteligência, e esta última é múltipla e se desenvolve e apresenta de diversas formas (GARDNER, 1995 apud BARCELLOS, sem data). Portanto, transformando a prática educacional através de atividades que usem diferentes linguagens e assim oferecendo aos alunos também diferentes oportunidades de desenvolvimento cognitivo, podemos facilitar a construção dos conhecimentos no âmbito escolar. As várias e diversas inteligências dos alunos são potencializadas no seu desenvolvimento através das múltiplas linguagens, uma vez que estas colocam condições iguais para a diversidade de percepção e aprendizagem dos estudantes (BARCELLOS, sem data). As assim chamadas múltiplas linguagens¹, podem, então, contribuir para que a construção do conhecimento sobre o gênero e a sexualidade, que permeia a vida de todas e todos, aconteça de forma mais tranquila por ambas as partes, professores e alunos.

O objetivo geral deste trabalho é verificar se as múltiplas linguagens poderiam ser um facilitador no processo de ensino-aprendizagem sobre os temas sexualidade e gênero, além de fazer um levantamento do conhecimento dos alunos sobre o assunto e das fontes de informações disponíveis, bem como contribuir com o desenvolvimento da pesquisa na área de sexualidade e gênero na educação, disponibilizando aos docentes outras formas de abordagem desses temas na escola, a partir das múltiplas linguagens. Para isso, analisamos as informações disponíveis sobre sexualidade e gênero nos livros didáticos para o ensino de Biologia no Ensino Médio do colégio estadual onde ocorreu o estudo, assim como em outros materiais didáticos disponíveis. Investigamos as principais dúvidas e dificuldades dos alunos do Ensino Médio frente à temática

¹ Geralmente “linguagem” é atrelada à linguagem verbal e escrita. As “múltiplas linguagens” seriam a fuga desse padrão para algo que se aproxima da arte, permitindo formas de expressão artísticas-culturais (GOBBI, M., 2010).

de sexualidade e gênero e por fim verificamos a eficácia das múltiplas linguagens por meio de intervenção junto aos alunos.

Somado a isso, abordar sobre sexualidade e gênero ainda é considerado um tabu por uma parcela da sociedade, em especial pais, mães e professores da educação básica, carregando consigo a dificuldade dos professores, e a aversão de parte deles e da própria população, de que se fale sobre temas considerados da educação familiar, dentro da escola, visto como um incentivo aos alunos e como uma temática que caberia apenas à família (BRASIL, 1998). Nos últimos anos pode-se observar um retrocesso em relação à inclusão da educação sexual na escola, por parte de figuras públicas como os deputados federais Jair Bolsonaro e Marco Feliciano, se utilizando de sua influência no governo e na mídia, e portanto sobre a população, para defender a retirada de aspectos conquistados depois de muito debate e luta, da escola. Exemplo disso, é a retirada dos termos “sexualidade” e “gênero” dos Planos de Educação municipais e estaduais de todo o Brasil, o que diminui ainda mais o incentivo para serem abordados dentro de sala de aula. O projeto de lei “Programa Escola Sem Partido” (Projeto de Lei nº 867/2015), que intenta ser incluído entre as diretrizes e bases da educação nacional, também vem como uma forma de censurar o conhecimento, defendendo a escola como um vácuo de poder, com neutralidade política e ideológica. O que se vê com essas políticas, são motivações e crenças pessoais, religiosas e conservadoras, sendo impostas para toda a sociedade. No ensino superior também não é diferente, muitos cursos de Licenciatura ainda não têm em suas grades obrigatórias disciplinas que abordem o tema, não habilitando professoras e professores de forma adequada para trabalhar a educação sexual (FURLANI, 2008). Esta realidade é uma dificuldade enfrentada pelos professores, mas que não pode servir de argumentação para que não se trabalhe com a educação sexual na escola, pois independe da existência de uma matéria específica sobre o tema, ela está mais arraigada na sociedade, a sexualidade faz parte do indivíduo enquanto ser (LOURO, 1997 apud SANTOS; ARAÚJO, 2009). Este projeto de pesquisa também visa verificar quais são as informações que estão disponíveis para alunos e professores nos livros didáticos e fazer um levantamento sobre as dificuldades dos alunos nestes assuntos. A partir desses conhecimentos utilizamos as múltiplas linguagens para oferecer um suporte ao debater a

temática, pois elas podem facilitar a abordagem de temas relacionados à sexualidade e ao gênero. Além disso, alunos mais informados representam pessoas que futuramente são mais conscientes sobre seus comportamentos e dessa forma promovemos saúde e respeito à diversidade (JUNQUEIRA, 2009).

Metodologicamente, este trabalho se utilizou de quatro procedimentos de pesquisa: realizou uma revisão de literatura, realizou a análise de livro didático e de outros materiais disponíveis para a educação sexual na escola, realizou a pesquisa empírica com grupos focal junto aos participantes e, posteriormente, uma intervenção junto aos estudantes do Ensino Médio, com o uso de múltiplas linguagens. Para o levantamento sobre os conhecimentos dos alunos do terceiro ano do ensino médio de uma escola estadual da região central de Curitiba sobre o tema, utilizamos a técnica de **grupo focal**, que é uma ferramenta de pesquisa qualitativa que busca abordar assuntos específicos, com participantes que compartilhem características semelhantes, de interesse da pesquisa, com a finalidade de conhecer suas representações e significações sobre o tema em questão. (MELO; ARAÚJO, 2010). Nesse estudo, o critério de aproximação dos participantes, para compor o grupo focal, foi estar no terceiro ano do ensino médio da escola-campo de pesquisa e que aceitassem fazer parte do estudo com a assinatura no Termo de Assentimento Informado Livre e Esclarecido - TALE, se menores de 18 anos e a respectiva autorização dos pais com assinatura no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, ou com a própria autorização no TCLE, caso com idade igual ou superior aos 18 anos. Os dados coletados foram submetidos à técnica de análise de conteúdo de Bardin, de acordo com a qual as falas dos participantes são agrupadas, a partir de palavras indutoras, em diferentes categorias de análise, nesse estudo, criadas a priori (BARDIN, 2009). As categorias de análise foram: **saber, fazer, conviver e ser**. Também foram analisados os materiais disponíveis na escola, livros didáticos e cartilhas distribuídas para a população.

Este trabalho está dividido em quatro partes: Revisão Bibliográfica, Metodologia, Resultados e Discussão, e Considerações Finais. Na Revisão Bibliográfica apresentamos um levantamento das pesquisas já realizadas em torno da temática do Gênero e da Sexualidade na escola, com o uso das múltiplas linguagens, apresentamos um histórico da Educação Sexual no Brasil e das múltiplas linguagens, analisamos os documentos oficiais no que concerne

à temática da sexualidade e do gênero na escola e interpretamos as oito abordagens da educação sexual segundo Furlani (2008), apresentando assim a perspectiva da Educação Sexual defendida como eixo norteador para esse trabalho.

No capítulo da Metodologia descrevemos a forma como a pesquisa foi realizada, quem foram os participantes, o método utilizado para a coleta de dados empíricos (grupo focal) e para a realização das atividades subsequentes. Ainda, esclarecemos como foi feita a análise dos livros didáticos e de outros materiais. Em Resultados e Discussão compartilhamos as análises feitas dos livros didáticos coletados na escola onde foi realizada a pesquisa e de materiais distribuídos para a comunidade. Ainda neste capítulo apresentamos os resultados e discutimos os dados coletados junto ao grupo focal e das atividades de intervenção feitas na escola, tomando como referência os autores citados.

No capítulo das Considerações Finais avaliamos se os objetivos foram alcançados e como os dados respondem ao problema de pesquisa. Apontamos as dificuldades encontradas no processo e colocamos alguns questionamentos e proposições.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1. Revisão sistemática

Para se ter uma noção do que vem sendo estudado sobre a temática nos últimos dez anos, buscamos em três bancos de dados acadêmicos (Capes, Scielo e BVS²) artigos que tivessem relação com educação sexual, múltiplas linguagens e ensino médio. As buscas foram feitas em português e em inglês, usando três palavras-chave: educação sexual/*sex education*, múltiplas linguagens/*multiple languages* e ensino médio/*high school*, para se obter resultados nacionais e internacionais. Para apresentação dos dados, seguem as tabelas:

Tabela 1 - Publicações de artigos em português em bancos de dados acadêmicos

Banco de dados	Ano de publicação	Nº de artigos encontrados em buscas simples			Nº de artigos encontrados em buscas combinadas			
		ES	ML	EM	ES + ML	ES + EM	ML + EM	ES + ML + EM
Capes	Entre 2006 - 2016	524	49	3685	0	24	0	0
Scielo	Entre 2006 - 2016	378	12	2317	0	20	0	0
BVS	Entre 2006 - 2016	8343	7	20412	0	314	0	0
Total		9245	68	26414	0	358	0	0

Fonte: Capes, Scielo e BVS. Legenda: Educação sexual (ES); Múltiplas linguagens (ML); Ensino Médio (EM).

Na Tabela 1 observamos o baixo índice de pesquisas de interesse acadêmico, em língua portuguesa, voltadas para as múltiplas linguagens tendo por recorte os últimos dez anos e como banco de dados a Capes, a Scielo e o BVS. Notamos também um número representativo (26414) de artigos, teses e dissertações sobre o ensino médio e menos sobre a educação sexual (9245).

² Capes é a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, fundada pelo Ministério da Educação (MEC) e objetiva expandir a pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado). Scielo é a *Scientific Electronic Library Online*, uma biblioteca eletrônica de periódicos brasileiros desenvolvida pela parceria FAPESP, Birene e apoiada pelo CNPq. BVS é a Biblioteca Virtual em Saúde, uma plataforma de cooperação técnica da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), agrupa várias outras redes e bancos de dados e é coordenada pela Bireme.

No entanto, quando analisamos o número de trabalhos que unem educação sexual + Ensino médio + múltiplas linguagens, nenhum trabalho foi encontrado nos bancos de dados utilizados. Sobre educação sexual e ensino médio foram encontrados 358 trabalhos em língua portuguesa, mas nenhum com o enfoque proposto por esse estudo. O banco de dados BVS é o que mais concentra artigos sobre os temas educação sexual e sobre o ensino médio no período 2006-2016, em busca não combinada.

Tabela 2 - Publicações de artigos em inglês em bancos de dados acadêmicos

Banco de dados	Ano de publicação	Nº de artigos encontrados em buscas simples			Nº de artigos encontrados em buscas combinadas			
		SE	ML	HS	SE + ML	SE + HS	ML + HS	SE + ML + HS
Capes	Entre 2006 - 2016	10579	9695	396706	0	5493	135	0
SciELO	Entre 2006 - 2016	43	1	636	0	0	0	0
BVS	Entre 2006 - 2016	27555	702	25700	4	1439	4	0
Total		38177	10398	423.042	4	6932	139	0

Fonte: Capes, SciELO e BVS. Legenda: Sex education (SE); Multiple languages (ML); High school (HS).

A revisão sistemática, com busca de artigos nos mesmos bancos de dados (Capes, SciELO e BVS), em inglês, mostra um resultado diferente do anterior. Há um maior número de artigos disponíveis em inglês do que em língua portuguesa para os temas de interesse desse estudo (educação sexual, múltiplas linguagens e ensino médio), com destaque à Capes sobre o BVS. Chamamos a atenção para a inexistência de nenhum trabalho encontrado, em busca simples e em busca combinada, para o banco de dados da SciELO.

1.2 História da educação sexual no Brasil

Registros de debates sobre a importância da Educação Sexual junto às crianças e adolescentes datam do início do século XX, na década de 20, envolvendo professores e professoras, médicos e outros/as profissionais. A proposta vem como tentativa de diminuir as doenças venéreas e para “evitar a

perversão moral, as psicoses sexuais e a degeneração física, bem como assegurar a saudável reprodução da espécie", sem haver uma preocupação com a reestruturação dos papéis sexuais (FIGUEIRÓ, 1998). A abordagem da educação sexual defendida nessa época incluía aspectos morais, higienistas e eugenistas, e era tratada como matéria de ensino nas escolas (AQUINO; MARTELLI, 2012). Em 1928 é aprovada a inclusão da educação sexual nas escolas pelo Congresso Nacional, porém não há aceitação geral da população por pelo menos mais três décadas, devido principalmente à influência da Igreja (ABRAMOVAY et al, 2004). A década de 60 foi marcada por mobilizações e com isso maior visibilidade de movimentos gays, lésbicos, feministas, pelos direitos civis, étnico-raciais, etc., o que influenciou na educação. A década abarcou um grande número de experiências de implementação da educação sexual, passando a ser também mais aceita entre a população, foi um momento de "renovação pedagógica", que César (2009b, p.40) coloca como a "segunda onda da educação sexual brasileira", em que várias escolas desenvolveram programas de educação sexual.

Com o Golpe Militar, em 1964, se adotou uma abordagem moralista e com censura nas escolas, o que provocou uma interrupção nos trabalhos de educação sexual que vinham avançando (CÉSAR, 2009a). Livros e jornais foram censurados pelo Congresso Nacional, foi adotada uma política de planejamento familiar pró-natalista, e professores de escolas públicas foram proibidos de transmitir "informações sobre meios anticoncepcionais e controle de natalidade", pelo Secretário de Educação do Estado de São Paulo, Ataliba Nogueira (FIGUEIRÓ, 1998, p. 126).

Na década de 70, com a reabertura política, começaram as discussões a respeito do gênero, em boa parte devido aos movimentos feministas, o que levou a inclusão da temática nas investigações acadêmicas (CÉSAR, 2009a). Ainda segundo César (2009a), ocorre uma mudança no lugar dos discursos sobre a educação sexual, no início do século 20 com "bases higiênicas e eugênicas" (p. 51), num período de modernização da sociedade, em comparação com as décadas de 70 e 80, uma época de reivindicações pela democratização e contra a ditadura, com intelectuais feministas como principais defensoras, se colocando contra a hierarquia de gênero. A educação sexual aparece como uma proposta "libertadora dos corpos, das mulheres e sujeitos", mas a influência dos

movimentos feministas acaba não sendo suficiente para transformar as práticas pedagógicas no Brasil (CÉSAR, 2009b, p. 41).

Nos anos seguintes foram publicados trabalhos sobre a temática, como o livro de Maria Jose Werebe, de 1977, intitulado "A Educação Sexual na Escola" e o livro "Educação Sexual", de Carmem Barroso, publicado em 1982. Também foram realizados seminários e encontros, como o 1º Seminário Técnico de Educação Sexual, organizado pela recém-formada BEMFAM (Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil), e o 1º Encontro Nacional de Sexologia organizado pela Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, em 1983. Todos ocorreram em defesa da sexualidade numa ótica biológica e da saúde, abarcando o sexo e a contracepção e com o objetivo de evitar as DSTs e a gravidez precoce (AQUINO; MARTELLI, 2012). Com o advento do HIV/AIDS na década de 1980, aumentou o interesse da população na educação sexual ser colocada na escola, que passou a ser vista como principal espaço de disseminação da informação sobre o "sexo seguro", que incluía também outras DSTs e a gravidez na adolescência. O debate sobre a inclusão da educação sexual nas escolas foi se distanciando da perspectiva biológica, pautando a mudança das práticas pedagógicas, porém, em sua maioria, o trabalho se limitava às aulas de Ciências (CÉSAR, 2009b). Porém, o HIV/AIDS, além aumentar a discussão quanto à homossexualidade, também elevou a discriminação, como escreve Louro (2008):

De fato, a partir da segunda metade dos anos 1980, no Brasil, passou-se a discutir muito mais a sexualidade (e a homossexualidade) em várias instâncias sociais, inclusive nas escolas. A preocupação em engajar-se no combate à doença (AIDS) fez com que organismos oficiais, tais como o Ministério da Educação passasse a estimular projetos de educação sexual, e, em 1996, o MEC incluiu a temática, como tema transversal, nos seus Parâmetros Curriculares Nacionais (os PCNs, a nova diretriz para a educação do País). Vale notar, contudo, que as condições que possibilitaram a ampliação da discussão sobre a sexualidade também tiveram o efeito de aproximá-la das ideias de risco e de ameaça, colocando em segundo plano a associação ao prazer e à vida (LOURO, 2008, p.36, grifo do autor, apud AQUINO; MARTELLI, 2012, p. 4)

Os PCNs surgem então, como uma solução do Governo Federal frente aos problemas enfrentados na educação, incluindo temas defendidos por diversos movimentos sociais, alocados em "temas transversais", sendo a "orientação sexual" um deles (CÉSAR, 2009b). Na parte de conteúdos de

Ciências Naturais no ensino fundamental, o documento se divide em eixos temáticos, sendo um deles “Ser humano e Saúde”, cuja relação com o tema transversal “Orientação Sexual” é colocada de maneira mais ampla que o conteúdo estritamente biológico.

Em conexão com o tema transversal Orientação Sexual, a sexualidade humana é considerada uma expressão que envolve fatores biológicos, culturais, sociais e de prazer, com significado muito mais amplo e variado do que a reprodução, para pessoas de todas as idades. É elemento de realização humana em suas dimensões afetivas, sociais e psíquicas que incluem mas não se restringem à dimensão biológica. (BRASIL, 1998b, p. 47)

O termo “orientação sexual” passou a ser usado por muitas educadoras e educadores em substituição à “educação sexual”, eles defendiam a renovação na área que acompanhava a mudança do termo. Para Furlani (2009), as expressões não são equivalentes. A orientação sexual “refere-se ao direcionamento erótico-afetivo da sexualidade humana (ou seja, para o sexo oposto, para o mesmo sexo ou para ambos)” (p. 44). Analisando o documento dos PCNs, a “orientação sexual” passa a ser compreendida como um processo de intervenção na área da sexualidade, formal e planejado, no âmbito escolar, com o objetivo de formar um espaço de debate e reflexão, assim como para fornecer informações sobre a sexualidade. Enquanto que à “educação sexual” cabe o processo informal, fora da escola, de se aprender a sexualidade através da família, da religião, da mídia, etc. (FURLANI, 2009). É importante esclarecer então o termo adotado neste trabalho, que vai ao encontro com a opinião da autora, quando aponta que a expressão “educação sexual” seja usada “para todo trabalho de discussão da sexualidade, com crianças, jovens e adultos, em todos os níveis de escolarização (...) a expressão *orientação sexual* para essa atividade pedagógica é inapropriado.” (FURLANI, 2009, p. 43, grifos da autora).

Retornando ao documento dos Parâmetros Curriculares Nacionais, se observa que após quase um século dos primeiros debates sobre a inclusão da educação sexual nas escolas brasileiras, o foco de abordagem transitou do medo e da aversão às relações sexuais e à busca do controle de natalidade, para outros aspectos “como a responsabilidade, a saúde e o bem viver” (CÉSAR, 2009a, p. 44), o que podemos observar neste trecho:

Ao tratar do tema Orientação Sexual, busca-se considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte. Relaciona-se com o direito ao prazer e ao exercício da sexualidade com responsabilidade. Engloba as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista. Inclui a importância da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/AIDS e da gravidez indesejada na adolescência, entre outras questões polêmicas. Pretende contribuir para a superação de tabus e preconceitos ainda arraigados no contexto sociocultural brasileiro. (BRASIL, 1998a, p. 287)

Os temas mais abordados no documento relacionados à sexualidade e à chamada “orientação sexual” são o corpo e os direitos sexuais, a prevenção às doenças sexualmente transmissíveis e as relações de gênero, estas entendidas como “padrões socialmente estabelecidos de feminino e masculino (...) oriundos das representações sociais e culturais construídas a partir das diferenças biológicas dos sexos, e transmitidas através da educação.” (BRASIL, 1998a, p. 296). César (2009a) corrobora que os PCNs possuem uma abordagem preventiva quanto às práticas sexuais de risco, com a mudança do discurso para o “sexo seguro” e o “sexo responsável”.

Nos anos 2000 um novo documento é elaborado e publicado, o Plano Nacional de Educação, com vigência de dez anos a partir da data da publicação da lei (Lei nº 010172 , de 9 de Janeiro de 2001). O documento inclui questões de gênero e sexualidade na educação, com base nos temas transversais dos PCNs, mas a princípio somente em relação à Educação Superior, como consta na meta número 12:

12. Incluir nas diretrizes curriculares dos cursos de formação de docentes temas relacionados às problemáticas tratadas nos temas transversais, especialmente no que se refere à abordagem tais como: gênero, educação sexual, ética (justiça, diálogo, respeito mútuo, solidariedade e tolerância), pluralidade cultural, meio ambiente, saúde e temas locais (BRASIL, 2001).

O Plano Nacional de Educação seguinte (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014), muda sua estrutura para 20 metas, que valem por mais 10 anos, sendo reelaborado para novo lançamento em 2024. Neste, não constam referências à educação sexual, ao gênero e à sexualidade. Cabe também aos Municípios e Estados desenvolverem os seus Planos de Educação, consonantes com o nacional.

Atualmente, no Brasil, há a ECOS - Comunicação em sexualidade, fundada em 1989, uma organização que tem por objetivo defender os Direitos Humanos, Sexuais e Reprodutivos. Uma de suas ações é a produção de materiais, na forma de artigos e boletins para divulgação de informação e também vídeos com linguagem de fácil compreensão como uma forma de despertar o interesse de uma forma bem humorada. Além disso, a ECOS tem projetos como a “Escola sem Homofobia”, que é apoiado pelo MEC e pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Esse projeto tem como objetivo enfrentar a homofobia no ambiente escolar. Outro projeto da organização é o “Educação em sexualidade” que busca impulsionar e potencializar a inclusão da educação sexual nos currículos escolares como um tema transversal, articulando ao gênero e à diversidade sexual.

1.3 As 8 abordagens da educação sexual

Educação sexual pode ser entendida como os diversos aspectos de representação do gênero e da sexualidade no âmbito das práticas educativas, ou ainda que se entenda a palavra “sexual” como tendo origem no adjetivo “sexualidade” e não em “sexo”, carregado de significado que remete a um caráter biológico-reprodutivo. A mudança ressignifica a Educação Sexual como uma educação da sexualidade (FURLANI, 2005).

Furlani (2008) elaborou 8 abordagens como forma de classificar os modos como a educação sexual é compreendida e trabalhada no Brasil, e destaca a importância de se atentar à elas.

Debruçar o olhar, teórico e didático, sobre essas abordagens tem uma grande implicação educativa e política para o trabalho docente, pois cada uma pressupõe uma concepção de educação, um entendimento da sexualidade e de vida sexual humana, um entendimento de valores morais e éticos de vida em sociedade, um entendimento de direitos e de sujeitos merecedores desses direitos e, sobretudo, cada uma dessas abordagens define a prática docente e o perfil do/a professor/a que pensará, planejará e desenvolverá essa educação sexual. (FURLANI, 2008, p.19)

A **abordagem biológica-higienista** se baseia no determinismo biológico e defende um ensino focado na reprodução e na saúde, abordando as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) e a gravidez não-planejada. Furlani (2008) ainda ressalta os efeitos dessa abordagem: é voltada aos adolescentes, por ser a faixa etária em que se espera que se iniciem as relações sexuais, e a educação sexual é vista ainda como incentivadora da prática sexual precoce.

A **abordagem moral-tradicionalista** está ligada à abstinência sexual, à monogamia e ao casamento, a manutenção dos papéis sexuais tradicionais na escola (educação voltada aos meninos e voltada as meninas, separadamente) e defendem o sexo apenas em seu caráter de reprodução. Esta abordagem ainda “defende a educação sexual como sendo de competência da família, que deve desencorajar o controle reprodutivo” (FURLANI, 2008, p.21), e assim gera divergência entre o que há na escola e o que os pais dizem. A abordagem defende a falta de informação ao eximir a escola do papel de abordar o assunto do gênero e da sexualidade, e ainda defende a castidade como forma mais eficaz de evitar doenças e gravidez, desencorajando a prática sexual. O conjunto destes fatores apenas estimula a discriminação baseada no sexo, na orientação sexual, no estado civil, na raça e na classe social, sendo usada a ciência e “fatos científicos” para corroborar os preconceitos.

A **abordagem terapêutica** busca explicar o que considera relações sexuais “anormais” ou “problemas sexuais”, sendo uma de suas causas mais famosas a “cura gay”. Defende ainda que a identidade de gênero do menino se forma devido à ausência do pai, fazendo com que o indivíduo passe a se identificar com o feminino. Segundo Furlani (2008) a abordagem terapêutica “tem sido adotada por igrejas que prometem ‘livrar’ seus fiéis da homossexualidade (...). Essas igrejas igualmente se colocam capazes de ‘curar’ portadores do HIV (pessoas soropositivas) e doentes de AIDS.” (p. 23).

A **abordagem religiosa-radical** se liga ao texto escrito da Bíblia, fazendo uma interpretação literal do seu conteúdo e usando-a como parâmetro do que é “normal” quanto às representações da sexualidade. Considera que as relações sexuais sem função reprodutiva são pecaminosas, proibindo a “prática do sexo

oral, anal ou uso de preservativos, coisas que ferem a Deus” (LÍRIO, 2004 apud FURLANI, 2008, p. 24).

As três últimas abordagens (moral-tradicionista, terapêutica e religiosa-radical) surgiram a partir de movimentos conservadores nas décadas de 70 e 80, gerados como reação às mobilizações crescentes de grupos oprimidos que defendiam mudanças sociais, questionando os papéis sexuais, atacando a heterossexualidade e com isso, ameaçando os valores tradicionais (FURLANI, 2008). Somado a isso, há o surgimento do HIV/AIDS, que ao mesmo tempo em que lançou um alerta sobre as DSTs e a necessidade de evitá-las, abriu portas para um aumento da discriminação principalmente em relação as/aos homossexuais. Furlani (2008) apresenta mais quatro abordagens que, segundo a autora, “estão mais próximas do reconhecimento da diferença como positiva e benéfica” (p. 25), e que surgem no intuito de problematizar o meio sócio-político-cultural.

A **abordagem dos Direitos Humanos** defende a isonomia das leis as pessoas oprimidas, buscando combater as desigualdades e injustiças determinadas não só pela classe social, mas por “múltiplos marcadores sociais: sexo, gênero, sexualidade, raça, classe, geração” (FURLANI, 2008, p. 25). A defesa é que o ensino esteja articulado às políticas públicas, rompendo com as representações negativas impostas a esses sujeitos “excluídos”.

A autora apresenta e usa como base para descrever a **abordagem dos Direitos Sexuais** a Declaração dos Direitos Sexuais, “elaborada no 13º Congresso Mundial de Sexologia, realizado em 1997, em Valência (Espanha).” (p. 26). A declaração possui 11 artigos e defende os direitos sexuais como direitos humanos universais, permeando aspectos da liberdade, equidade, educação e acesso à informação, prazer e saúde sexual. Entendendo a existência de especificidades entre os diferentes grupos oprimidos em relação à sua sexualidade, identidade e expressão de gênero, Furlani (2008) aprofunda o que são os direitos sexuais para cada grupo.

Na defesa dos Direitos Sexuais das mulheres não se inclui apenas o aborto, a concepção e a contracepção, mas também a liberdade sexual e a incorporação do gênero na educação, questionando as imposições sociais que

as oprimem e buscando a equidade de gênero (FURLANI, 2008). As pautas referentes aos Direitos Sexuais do movimento GLBTBT dizem respeito a “alterar o contexto social que promove a exclusão social, a homofobia, a lesbofobia e a discriminação sexual.” (p. 29). Dar visibilidade à diferença é foco mundial do movimento, assim como alterar constituições federais, proibindo a discriminação. Especificamente em relação às/aos transexuais, o movimento reivindica a “regulamentação da lei de redesignação de sexo e mudança de registro civil” (p. 29). O direito à educação sexual é pauta principal quando se fala em Direitos Sexuais de crianças e adolescentes. Essa educação deve ser múltipla, aberta, completa, diversa, não se restringir a poucas disciplinas, e a poucas datas (normalmente comemorativas) no ano, pois “uma educação sexual que tolera e/ou compreende não altera o *status* hierárquico e as relações sociais de poder que definem as desigualdades sociais.” (FURLANI, 2008, p. 31).

Segundo Furlani (2008) a **abordagem emancipatória** surgiu a partir da educação popular, associada com uma prática política por mudança. Paulo Freire propôs a “‘pedagogia do oprimido’ baseada numa ‘educação libertadora’” (p. 31), defendendo uma prática dialógica e antiautoritária, sendo essa prática uma ação pedagógica para a liberdade, em que professores e alunos buscam juntos o conhecimento. Para o autor, porém, a viabilização desta prática só é possível a partir de mudanças sociais rumo a uma sociedade em que as condições sociais, políticas e econômicas sejam favoráveis. A abordagem emancipatória é uma abordagem sócio-histórico-crítica pautada na liberdade, consciência e na transformação social, “que busca desalojar certezas, desafiar debates e reflexões [...] contribuindo na busca pela cidadania para todos.” (MELO, 2002 apud FURLANI, 2008, p. 33).

A **abordagem queer** se baseia na teoria *queer*, que propõe a substituição da visão de uma identidade única por uma “política da diferença”, uma política pós-identitária. Para Furlani (2008) a proposta da abordagem é “discutir como cada identidade é construída, (des)valorizada, assumida ou não, e desconstruir o processo que estabelece a normalidade. [...] uma postura pedagógica [...] contra qualquer forma de normatização da sexualidade.” (p. 37). Ou seja,

o foco da teoria queer na educação é o constante questionamento e a crítica ao pensamento normativo que permeia os currículos escolares,

em geral, e às representações da sexualidade, do gênero e de raça-etnia, em particular. (FURLANI, 2008, p. 37)

Para Louro (2001) a teoria queer permite se pensar além da multiplicidade das identidades, mas em direção a novas e diferentes formas de se pensar “a cultura, o conhecimento, o poder e a educação” (p. 550). A abordagem queer usa a desconstrução como um método de crítica social, evidenciando a produção intencional da normalidade e questionando as imposições e a educação dominante, “que apresenta a heterossexualidade como a identidade hegemônica, compulsória e incontestável.” (FURLANI, 2008, p. 39).

1.4 As múltiplas linguagens

As múltiplas linguagens podem ser entendidas como “atividades de multimodalidade, gêneros textuais, leituras, teatro, história em quadrinhos, grafite, documentário, telejornal, revistas de divulgação científica, blog, uso de imagens, entre outros.” (SANTOS et al, sem data, p. 2). Compreendendo que as inteligências são diversas, e que cada aluno tende mais a uma ou outra destas, o uso de diferentes linguagens pode facilitar a construção de conhecimentos no âmbito escolar, uma vez que oferece a todos os alunos as oportunidades de desenvolvimento cognitivo (BARCELLOS, sem data). Além disso, elas são mais atraentes aos alunos que as metodologias tradicionais, e são trabalhadas numa complementação dos conhecimentos trazidos de casa pelos estudantes (SANTOS *et al*, sem data).

Para Santos et al (sem data), falar em múltiplas linguagens implica em se criar novas práticas de ensino, o que muitas vezes depende da disposição do docente, o que, para o autor, seria resolvido com formação continuada que disponibilizasse novas propostas de trabalho.

O trabalho com Múltiplas Linguagens oportuniza ao docente um olhar amplo sobre o sujeito, criando assim novas possibilidades e desenvolvendo diferentes estratégias no processo de ensino-aprendizagem. Da mesma forma, o ensino por meio das Múltiplas

Linguagens deve privilegiar o desenvolvimento cognitivo do aluno e não apenas os aspectos técnicos no processo de ensino-aprendizagem. Esta problemática, muitas vezes, está no papel do docente, que não está preparado para ultrapassar os limites técnicos do conhecimento. (SANTOS et al, sem data, p. 3)

Usar as múltiplas linguagens, portanto, implica transformar a prática pedagógica. Fazer atividades que potencializem as várias inteligências e coloquem condições iguais de desenvolvimento frente a diversidade de percepção e aprendizagem dos estudantes, o que só é possível com o uso das múltiplas linguagens (BARCELLOS, sem data). Ou seja, “ao transformar a nossa prática, levaremos o aluno não só a desenvolver outros tipos de inteligência, como também a construir os diversos conhecimentos com mais facilidade.” (p. 5).

Mas se é de interesse dos estudantes e facilita o processo de ensino-aprendizagem, que envolve não só professores mas toda comunidade escolar, porque as múltiplas linguagens não são mais difundidas?

2. METODOLOGIA

2.1 Delineamento da pesquisa

O presente trabalho é uma pesquisa qualitativa, avalia um caráter subjetivo no conhecimento dos participantes, e de caráter exploratório, visto que não existem muitas pesquisas à respeito de sexualidade e gênero integrado às múltiplas linguagens e que teve uma amostra pequena (limitada aos participantes e ao campo de pesquisa, descritos a seguir). O trabalho foi submetido sob a forma de projeto de pesquisa para análise pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Setor de Ciências da Saúde/UFPR e pela Secretária de Estado da Educação e recebeu aprovação de ambos para que pudesse ser iniciado (Parecer CEP/SD-PB. nº 1752027 na data de 29/09/2016).

2.2 Participantes

Os participantes da pesquisa se caracterizam por serem estudantes devidamente matriculados no terceiro ano do ensino médio do colégio escolhido como local de pesquisa, que frequentavam as aulas de Biologia. A idade varia entre 17 e 18 anos, sendo 7 meninas e 5 meninos. Estes participantes foram escolhidos por comporem a educação básica, estarem na fase final da adolescência, com maior probabilidade de terem experiências relacionadas ao tema. Foi feita uma análise dos riscos e benefícios dos participantes, já que a pesquisa faria uma interferência.

Os doze participantes foram divididos em dois grupos focais (a técnica de grupo focal está descrita no tópico Coleta de dados) de seis alunos cada. A divisão foi realizada aleatoriamente pela professora de biologia da turma, que no período dos grupos focais levava os alunos não participantes para a biblioteca a fim de realizar com eles atividades de recuperação de nota.

Além disso, os participantes, por serem adolescentes, se caracterizam como um grupo de risco por terem legislação própria, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e o Estatuto da Juventude (2013).

2.3 Campo de pesquisa

O local de pesquisa foi um colégio estadual da região central de Curitiba, que foi escolhido pela proximidade com a moradia das pesquisadoras. A escola começou a funcionar em 1911, sendo que oferta turmas de ensino fundamental e médio, incluindo turmas de EJA, nos períodos matutino, vespertino e noturno, não trabalha com educação infantil, especial ou profissional. Segundo o Projeto Político Pedagógico, atualizado em 2016, possui 122 alunos de ensino fundamental, 132 de ensino médio e 64 de EJA, sendo que no ensino médio há uma turma de primeiro ano, uma de segundo e 2 de terceiro ano. O terceiro ano tem grade curricular em blocos semestrais, enquanto os demais anos são anuais. O colégio conta com 27 professores e 3 pedagogas.

2.4 Materiais de análise

A primeira parte do trabalho se caracterizou pela análise dos materiais. Para análise foram utilizados os livros didáticos de Biologia do ensino médio usados pela escola no momento em que a pesquisa ocorreu. São eles:

- Coleção Biologia Hoje, 1º ano. Linhares S. e Gewandsznajder F. Editora Ática - 2ª edição - São Paulo, 2015. PNL D 2015, 2016, 2017.
- Coleção Biologia Hoje, 2º ano. Linhares S. e Gewandsznajder F. Editora Ática - 2ª edição - São Paulo, 2015. PNL D 2015, 2016, 2017.
- Coleção Biologia Hoje, 3º ano. Linhares S. e Gewandsznajder F. Editora Ática - 2ª edição - São Paulo, 2015. PNL D 2015, 2016, 2017.

A análise se deu por meio da leitura dos volumes considerando a temática do gênero e da sexualidade, e a presença de referência à diversidade humana. Os aspectos observados foram a linguagem, o conteúdo e as figuras usadas.

Também foram analisados outros materiais que abordam a temática aos quais os participantes poderiam ter acesso. Dois deles são distribuídos em postos de saúde pelo Sistema Único de Saúde (SUS):

- “Caderneta de Saúde da Adolescente” e “Caderneta de Saúde do Adolescente” - Ministério da Saúde - SUS (ANEXO 1).

- Folheto “AIDS - Prevenir é a grande questão.” - Ministério da Saúde - UNESCO - Prefeitura Municipal de Curitiba (ANEXO 2).

Os outros materiais encontrados são distribuídos por uma ONG de Curitiba que orienta e apoia a comunidade LGBT, possuindo uma instalação física com biblioteca própria, assim como um banco de panfletos e revistas, direcionados a diversos públicos. Analisamos em específico um documento que poderia ser usado em sala de aula, o “Guia Agentes da Cidadania LGBT - conceitos, contextos, direitos humanos, políticas públicas, *advocacy* e participação social” - cap. 1 e 2 - REIS; HARRAD, 2015 (ANEXO 3).

2.5 Coleta de dados

A segunda parte da pesquisa se caracterizou pela pesquisa com os participantes para levantar o conhecimento e as concepções destes a respeito de sexualidade e gênero. Para isso procedimentos éticos tiveram que ser adotados. Todos os participantes com 18 anos receberam e assinaram os Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e os com idade de 17 anos receberam e assinaram o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) para poderem participar da pesquisa. Os alunos com idade inferior a 18 anos tiveram que entregar também o TCLE, que foi assinado por seus pais ou responsáveis e pelas pesquisadoras. Os termos esclarecem sobre o caráter da pesquisa e que o participante era livre para participar ou não dela, sem sofrer nenhum ônus em caso negativo, assim como informava sobre os riscos e benefícios esperados (APÊNDICE A). A partir da devolutiva dos termos assinados, foi utilizada a técnica de grupo focal com os participantes como forma de coletar dados.

O grupo focal consiste em reunir os participantes em um círculo junto com um mediador (que nesse caso foram as autoras deste trabalho). O mediador propõe o tema para ser debatido pedindo para que os participantes falem a respeito, digam suas opiniões e conhecimentos sobre. Para essa pesquisa os tópicos estão listados em “Roteiro do grupo focal” (APÊNDICE B). Cada grupo focal deve ter entre 6 e 12 participantes para que todos tenham tempo e oportunidade para falar. É papel do mediador fazer com que os temas propostos

circulem por todos os participantes e que todos os tópicos sejam abordados. A conversa permite ao mediador ter uma visão geral de como o pensamento do grupo funciona. O grupo focal foi abordado de forma exploratória, pois visou estimular que os participantes se manifestassem sobre os temas. Foram organizados dois grupos focais e a forma de recrutamento dos participantes para cada grupo focal foi estabelecido de acordo com a professora de Biologia da turma. O primeiro grupo focal foi feito com seis participantes, e os demais alunos ficaram na biblioteca com a professora fazendo atividades de recuperação, pois o período da pesquisa coincidiu com o fim do bimestre. O segundo grupo focal contou com seis participantes, e os outros alunos foram levados a biblioteca para atividades complementares junto com a professora da turma. Ambos os grupos focais duraram em média 50 minutos e os dados coletados foram interpretados como representativos da opinião de estudantes do terceiro ano do Ensino Médio de escola pública, entendendo o grupo focal como uma forma qualitativa de pesquisa, como afirma Abramovay (2004):

O grupo focal é uma técnica de entrevista na qual o membro dos grupos narram e discutem visões e valores sobre eles próprios e o mundo que os rodeia [...] A principal característica da técnica é permitir que a 'palavra' de cada um dos participantes possa ser discutida pelos demais [...] O grupo focal é um método de pesquisa social qualitativa que consiste em recrutar um número representativo de grupos, respondendo a critérios homogêneos. (p. 55)

A terceira parte deste trabalho reuniu todos os participantes dos grupos e primeiramente foi feita uma discussão sobre os conceitos abordados nos grupos focais, a fim de esclarecer alguns tópicos que os participantes tiveram dúvidas como por exemplo se ter o HIV e ter AIDS eram a mesma coisa. Em um segundo momento foi proposto aos participantes se dividir em pequenos grupos de duas a quatro pessoas, e elaborar, por meio das múltiplas linguagens, ou seja, produzindo uma música, um cartaz, um teatro, um poema ou alguma forma de expressão que interessasse a eles, algum material que pudesse servir de divulgação sobre qualquer um dos temas abordados durante a nossa intervenção, especificando seu público alvo (ANEXO 4-7).

2.6 Análise do grupo focal

A análise das falas e dados do grupo focal seguiu a técnica de análise de conteúdo de Bardin, em que as falas do discurso dos sujeitos são agrupadas, a partir de palavras indutoras, em categorias criadas a priori ou a posteriori. (BARDIN, 2009). No caso desta pesquisa as categorias foram criadas a priori, a partir dos Quatro pilares da Educação baseados no Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI para a UNESCO (DELLORS et al, 1996), que, segundo o documento, seriam as quatro aprendizagens fundamentais para o indivíduo ao longo de sua vida: aprender a **conhecer**, que seria adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a **fazer**, para poder atuar no meio em que está inserido; aprender a viver junto, ou seja, **conviver**, para cooperar com os outros nas atividades humanas; e aprender a **ser**, que seria a aprendizagem resultante das outras três.

Para facilitar o entendimento e a organização das falas dos participantes, na análise do grupo focal são colocadas citações, identificadas quanto ao grupo em que foram ditas, sendo GF1 referente ao Grupo Focal 1, realizado com seis participantes, e GF2 ao Grupo Focal 2, também com seis participantes. Quando for interessante atentar à identidade de gênero de determinado participante, pela característica de sua fala, será destacado no texto.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este tópico encontra-se subdividido para análise e discussão conforme os passos adotados na metodologia.

3.1 Livros didáticos

Na análise dos livros didáticos encontramos diferenças entre o conteúdo de gênero e sexualidade nas três unidades. A forma da escrita permanece constante e dialoga com a juventude, não sendo muito rebuscada. Guacira Lopes Louro (1997) ressalta a importância da linguagem, quando afirma que “temos de estar atentos/as, sobretudo, para nossa linguagem, procurando perceber o sexismo, o racismo e o etnocentrismo que ela frequentemente carrega e institui” (LOURO, 1997 apud SANTOS; ARAÚJO, 2009, p. 64).

As figuras que tratam o corpo humano, em geral apresentam homens brancos, e mulheres brancas são representadas nas imagens ligadas à maternidade (como na página 139 no livro 1). Há apenas uma figura com pessoas negras – a fotografia de uma família nuclear (pai, mãe, dois filhos). Essas figuras nos remetem a valores não representativos da sociedade na qual vivemos. A seguir um trecho retirado do PCN de 1997:

Mas, na medida em que o princípio da equidade reconhece a diferença e a necessidade de haver condições diferenciadas para o processo educacional, tendo em vista a garantia de uma formação de qualidade para todos, o que se apresenta é a necessidade de um referencial comum para a formação escolar no Brasil, capaz de indicar aquilo que deve ser garantido a todos, numa realidade com características tão diferenciadas, sem promover uma uniformização que descaracterize e desvalorize peculiaridades culturais e regionais (BRASIL, 1997, p. 25)

Segundo Severo (2009), essas imagens nos livros didáticos dificultam a legitimação da pessoa negra na sociedade como um cidadão com direitos e deveres iguais a todos os outros. Não encontramos referência a nenhuma cientista mulher, em nenhum dos três volumes, nem mesmo no conteúdo de genética referente à descoberta da estrutura em dupla hélice do DNA. Segundo Silva e Ribeiro (2011) isso seria fruto de uma ciência construída social e historicamente com base nas relações de poder, que privilegiam o homem branco, heterossexual, capitalista, ocidental como sujeito do conhecimento. Encontramos referências à sexualidade e gênero nos volumes 1 e 2 da coleção.

No Livro 1 (do 1º ano – Citologia, Reprodução e Desenvolvimento, Histologia, Origem da Vida) há conteúdo sobre sexualidade no capítulo intitulado “Reprodução”, cuja introdução mostra uma preocupação em incluir as questões sócio-culturais da sexualidade e do gênero.

A reprodução é fundamental para a espécie humana e para os seres vivos em geral. Se, em algum momento da evolução humana, tivéssemos perdido a capacidade de nos reproduzir, nossa espécie já estaria extinta.

Nos seres humanos, as relações sexuais e a reprodução envolvem também emoções, sentimentos e comportamentos que são influenciados pela cultura. E cada pessoa tem sua personalidade, sua maneira de pensar e de agir, seus valores éticos e espirituais, seus projetos de vida. (LINHARES; GEWANDSZNAJDER, 2015, Livro 1, p. 180)

O capítulo segue explicando a reprodução assexuada e sexuada, esta para os vários grupos animais. Num terceiro tópico enfatiza então a reprodução humana, discorrendo sobre os sistemas reprodutores feminino e masculino, a puberdade e o ciclo menstrual.

A parte final do capítulo se dedica aos métodos contraceptivos e em seguida às DSTs. No primeiro, logo no início, há uma caixa informativa, destacada do texto, chamada “Biologia e Sociedade”, com o título “Homossexualidade”. Aqui os autores utilizam uma linguagem mais coloquial e demonstram uma tentativa de promover a aceitação das diferenças entre os jovens, porém explicam que o gostar de alguém do mesmo sexo na adolescência não necessariamente significa atração física e homossexualidade, e que em caso de dúvida se procure um psicólogo.

Em nossa sociedade, como em muitas outras, existem indivíduos homossexuais, isto é, que se relacionam sexualmente com pessoas do mesmo sexo.

Alguns cientistas pensam que pode haver uma influência dos genes para alguns tipos de homossexualidade. Outros acham que ser homossexual depende do ambiente em que a pessoa vive.

Na adolescência, os sentimentos podem estar confusos, e a admiração que se tem por amigos do mesmo sexo – ou as amigas, no caso das garotas – pode muitas vezes se confundir com atração física. Mas não

se deve rotular as pessoas por causa disso. Garotas com ciúme umas das outras ou garotos com uma turma de amigos do mesmo sexo são exemplos de comportamentos típicos da adolescência e não caracterizam homossexualidade. No entanto, e alguém estiver desconfortável por causa de desejos sexuais, vale a pena procurar um psicólogo.

Um último lembrete: caráter, talento e capacidade profissional não têm sexo nem são exclusivos de heterossexuais ou homossexuais. Não se deve avaliar uma pessoa por sua orientação sexual. Quem discrimina os outros não está ajudando em nada a vida em sociedade e acaba perdendo o direito de ser livre. Afinal, se alguém não respeita os outros, como espera ser respeitado? (LINHARES; GEWANDSZNAJDER, 2015, Livro 1, p. 196)

Os métodos contraceptivos são explicados um a um, com fotografias e desenhos esquemáticos sobre como utilizá-los ou como são feitos (no caso da laqueadura e da vasectomia). Há uma caixinha de alerta, em amarelo e vermelho com o título “ATENÇÃO!”, em que há o texto:

As informações a seguir têm o objetivo de ajudar as pessoas a entender melhor os diversos métodos contraceptivos. A escolha de um método para evitar a gravidez deve ser feita com auxílio médico: só ele pode indicar a melhor opção para cada caso. (LINHARES; GEWANDSZNAJDER, 2015, Livro 1, p. 197)

Há mais uma caixa informativa, da série “Biologia e saúde” que destaca a importância da mulher cuidar de seu corpo, desde sua primeira menstruação. Logo na página seguinte (201), outra “Biologia e sociedade” traz dois temas: esterilização voluntária e aborto. No primeiro, bem curto, há ênfase na legislação do planejamento familiar no Brasil, em que coloca o entendimento deste como um “conjunto de ações de regulação de fecundidade que garanta **direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal.**” (LINHARES; GEWANDSZNAJDER, 2015, Livro 1, p. 201, grifos nossos). Quanto ao aborto, coloca-se a questão da proibição no Brasil e das condições para sua realização legalizada, assim como da realidade de muitas mulheres que não veem alternativa senão o aborto ilegal. O trecho final, porém, é bastante interessante, pois os autores colocam os dois pontos de vista quanto à legalização do procedimento e apresentam uma crítica:

O aborto envolve questões éticas e sociais. Algumas pessoas são contra o aborto porque consideram que ele destrói uma vida humana. Essa é a posição de várias religiões, como a católica.

Outras pessoas acham que a mulher deve ter o direito de decidir sobre o seu corpo e de interromper uma gravidez não planejada. Esse grupo defende a legalização do aborto em nosso país. Além dessa discussão, é importante lutar pelo direito a uma vida decente e digna, que garanta segurança econômica para criar os filhos. Se a população tivesse mais acesso a informações sobre métodos anticoncepcionais, educação, creches, hospitais, entre outros benefícios, as pessoas poderiam planejar melhor a vida: ter ou não filhos, quando e por quê. (LINHARES; GEWANDSZNAJDER, 2015, Livro 1, p. 201)

Quanto às Doenças Sexualmente Transmissíveis, há ênfase na introdução sobre a necessidade de se procurar um médico e de não se fazer tratamentos por conta própria. Cada uma das doenças (gonorreia, clamídia, herpes genital, condiloma acuminado, hepatite B, tricomoníase, candidíase, pediculose pubiana e AIDS) são explicadas por tópicos e possuem imagens de microscópio eletrônico e/ou desenhos esquemáticos dos organismos causadores.

No Livro 2 (do 2º ano – Os Seres Vivos) aparece conteúdo sobre as DSTs também, distribuídas em diferentes capítulos, AIDS, herpes genital e condiloma acuminado estão no capítulo 2, intitulado “Vírus”, e gonorreia, clamídia e sífilis no capítulo 3 “Procariontes”. O conteúdo está bem próximo do encontrado no primeiro volume, mas as imagens foram retiradas, sendo que o tópico da AIDS é o mais extenso e detalhado, também único com desenho esquemático.

No que diz respeito à reprodução humana, incluindo a anatomia dos sistemas reprodutores, aos métodos contraceptivos e à gravidez percebemos uma abordagem biológica-higienista, que como já foi citado anteriormente, segundo Furlani (2008), seria voltada ao determinismo biológico, visando apenas à saúde. Já com relação às relações de gênero percebemos apenas um pouco da abordagem de direitos humanos já que indica a não discriminação, no entanto consideramos que essa abordagem não seria a mais correta, pois parte de um princípio determinista que categoriza os sujeitos. Para o segundo livro percebemos uma categorização dos organismos causadores das DSTs, sem, no entanto manter a discussão à respeito dos cuidados.

3.2 Outros materiais disponíveis

O SUS oferta duas cadernetas aos adolescentes, a “Caderneta de saúde da adolescente” e a “Caderneta de saúde do adolescente” (ANEXO 1). Ambas explicam sobre a necessidade de cuidar da saúde na adolescência e convidam o jovem a acompanhar seu desenvolvimento fazendo as anotações pessoais. Há também explicações referentes aos direitos dos adolescentes, dicas de saúde, que incluem alimentação saudável, higiene pessoal (com figuras ilustrativas de como escovar corretamente os dentes, por exemplo), beber água várias vezes ao dia e exercitar-se, tabelas em que o adolescente pode acompanhar seu crescimento e Índice de Massa Corporal (IMC) e também anotar as vacinas que recebeu.

Em uma segunda parte da caderneta fala-se sobre as diferenciações específicas de cada sexo que os corpos sofrem na puberdade. Na caderneta da adolescente fala-se sobre o crescimento dos pelos, aumento das mamas, alargamento do quadril. Nessa parte há também ilustrações sobre as modificações do corpo em cada estágio desde pré-púbere até adulto, para as meninas fala-se das mamas e pelos pubianos, explica-se a menstruação e como controlar o ciclo com ajuda de uma tabela disponível para preencher, há ainda uma ilustração e explicação sobre a genitália feminina. Na caderneta do adolescente fala-se sobre mudança no tom de voz, aumento dos testículos e do pênis, e as ilustrações sobre as modificações do corpo em cada estágio para os meninos incluem a genitália externa e pelos pubianos. Há uma explicação sobre a menarca e a circuncisão, e ainda uma ilustração e explicação sobre a genitália masculina.

Em uma terceira parte da caderneta fala-se sobre sexualidade, recomendando-se seguir o ritmo próprio, sem deixar-se levar por pressão dos outros, como garantia de uma primeira relação sexual mais segura e prazerosa. Em ambas as cadernetas são enfatizados os cuidados relacionados à prevenção da gravidez, porém na do adolescente há frases que ressaltam que em caso de gravidez o bebê é responsabilidade de ambos como: “Primeiro vá com ela à unidade de saúde mais próxima e faça o teste de gravidez” e “Procure assumir

seu papel de pai”. Em ambas há ainda a explicação sobre a dupla proteção referindo-se à proteção tanto das DSTs/AIDS quanto da gravidez e sugestões em caso de violência sexual, além de indicações sobre o modo de uso das camisinhas masculinas e femininas (no caso da primeira acompanha ilustrações). Por fim fala-se em projeto de vida como sendo o planejamento do futuro e na responsabilidade em construir um mundo melhor, citando menos violência e a ausência de preconceitos.

Nas Unidades do SUS também está disponível um panfleto que cita formas de se contrair a AIDS (exemplo citado: “Nas transas sem camisinha. Pode ser sexo anal, vaginal ou oral”), e também formas que não transmitem o vírus (exemplo citado: “Abraço, aperto de mão, carinhos e beijo na boca”), bem como formas de se cuidar (exemplo citado: “Futuras mães: façam exame de HIV. É um direito seu”). Há também a explicação acompanhada de ilustração de como usar corretamente a camisinha (ANEXO 2).

Uma ONG localizada em Curitiba orienta e apoia a comunidade LGBT produzindo e distribuindo materiais de divulgação, em sua maioria quanto aos direitos das pessoas LGBT, formas de participação destas para a conquista de políticas públicas e métodos de prevenção e tratamento de DSTs. O documento que analisamos (“Guia Agentes da Cidadania LGBT” - ANEXO 3), tem por objetivo “contribuir para a promoção dos direitos humanos da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) nas políticas públicas do município de Curitiba e do estado do Paraná”. O documento traz várias informações sobre aspectos legais dos direitos e de projetos que promovem a cidadania LGBT, porém nos seus primeiros capítulos traz conceitos básicos sobre a temática do gênero e da sexualidade. No capítulo 1 (“Conceituando a homossexualidade e assuntos relacionados”), apresenta um breve histórico do movimento seguido pelas definições do que é orientação sexual e identidade de gênero, assim como o que representa cada letra da sigla LGBT. Após falar das pessoas transexuais, travestis e transgêneros, apresenta seus direitos quanto ao nome social. O documento segue trazendo trechos de legislação quanto ao acesso ao SUS e passa a focar na discussão da homossexualidade, o fato de não ser uma opção nem uma doença, colocando os dados sobre violência homofóbica. Este primeiro capítulo termina com explicações da simbologia

LGBT, como as cores, e mais algumas definições, como a de heteronormatividade, a seguir:

Expressão utilizada para descrever ou identificar uma suposta norma social relacionada ao comportamento padronizado heterossexual. Esse padrão de comportamento é condizente com a ideia de que o padrão heterossexual de conduta é o único válido socialmente e que não seguir essa postura social e cultural coloca o cidadão em desvantagem perante o restante da sociedade. Esse conceito é a base de argumentos discriminatórios e preconceituosos contra LGBT, principalmente os relacionados à formação de família e expressão pública (BENTO, 2008 apud REIS; HARRAD, 2015, p. 17).

O capítulo 2 (“Contextualização da População LGBT”) apresenta um histórico detalhado da homossexualidade e do movimento LGBT, apontando políticas públicas que já existem no Brasil.

Também é possível ter acesso a informações por meios mais lúdicos, por exemplo, no YouTube é possível encontrar vídeos discutindo sexualidade e gênero da ECOS - Comunicação em sexualidade, com uma linguagem mais informal e tranquila, de fácil compreensão. É possível encontrar vários outros vídeos de outras fontes falando sobre sexualidade e gênero, no entanto, estes podem ser de contas particulares, o que poderia representar informações não totalmente corretas e linguagem não apropriada aos adolescentes. Ainda, a partir do livro Sexualidade, da Secretaria de Estado de Educação, Superintendência da Educação, Departamento de Diversidade e Núcleo de Gênero e Diversidade, encontramos várias sugestões de filmes que abordam a temática no artigo, sendo que com relação aos filmes como recurso didático havia a seguinte citação

Trabalhar com o cinema em sala de aula é ajudar a escola a reencontrar a cultura ao mesmo tempo cotidiana e elevada, pois o cinema é o campo no qual a estética, o lazer, a ideologia e os valores sociais mais amplos são sintetizados numa mesma obra de arte. Assim, dos mais comerciais e descomprometidos aos mais sofisticados e “difíceis”, os filmes têm sempre alguma possibilidade para o trabalho escolar (NAPOLITANO, 2004, p. 11-12, apud PARANÁ, 2009).

A Associação para o Planejamento da Família (APF) foi fundada em 1967, e tem como objetivo auxiliar as pessoas a fazerem escolhas livres e conscientes em suas vidas sexuais. No site da associação é possível encontrar vários

conhecimentos teóricos sobre gênero, sexualidade, gravidez, violência, DSTs e também há kits de educação, DVDs e jogos.

3.3 Grupos focais

A análise do grupo focal foi feita segundo Bardin (BARDIN, 2009) e teve como categorias de análise os Quatro Pilares da Educação, por sua vez baseados no Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI para a UNESCO (DELLORS et al, 1996), como já foi dito anteriormente. Para isso foram criadas quatro categorias: saber, fazer, conviver e ser. A Tabela 3, a seguir, explica como se deu a categorização do *corpus*:

Tabela 3 - Abrangência das categorias de análise para o grupo focal

Categorias	Ano de publicação
Categoria 1 - Saber	Falas referentes ao que os participantes disseram saber, ou não saber, e também os discursos que relacionam a fonte desse conhecimento.
Categoria 2 - Fazer	Falas referentes a ações dos participantes, tanto quanto as passadas, como as atuais.
Categoria 3 - Conviver	Falas relacionadas ao convívio dos participantes com outras pessoas, indicando algumas vezes suas posições em relação às situações.
Categoria 4 – Ser	Falas referentes ao indivíduo, tanto quanto a sentimentos, como comportamentos, modo de pensar, também a junção das outras categorias.

Fonte: Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI para a UNESCO (DELLORS et al, 1996).

3.3.1 Categoria 1 - SABER

Nesse tópico abordaremos as falas do discurso relacionadas ao que os participantes sabem sobre os tópicos abordados nos grupos focais.

No primeiro grupo focal ao abordar as DSTs, era de conhecimento dos participantes que eram doenças contagiosas que poderiam ser contraídas caso houvesse contato físico, sendo que as formas citadas foram o ato sexual desprotegido, por contato com sangue e por seringa. Os participantes ficaram divididos a respeito de a saliva ser um meio de contrair uma DST. As doenças

que foram citadas como sendo capazes de serem transmitidas por meio da saliva foram o sapinho e a herpes, sendo que para transmissão seria necessário, segundo eles, que as duas pessoas tivessem machucados na boca. No segundo grupo focal os participantes citaram como exemplos de DSTs a AIDS, herpes, sífilis, gonorréia e sapinho e citaram como formas de transmissão o sangue, o ato sexual, machucados e pelo beijo, se houvesse um machucado na boca ou até mesmo cárie no dente. Além disso, afirmaram que outras relações que não envolviam a penetração também eram uma forma de transmissão.

Com relação aos meios de se obter informações a respeito das DSTs, os participantes afirmaram receber informações em casa (pela família), na internet, no posto, no hospital, exército (durante o alistamento), por meio da televisão, propagandas, revistas e campanhas. A escola como meio de informação foi lembrada por último no primeiro grupo, sendo que segundo eles não seria tão frequente o debate sobre a temática, e relataram momentos específicos, como projetos, séries específicas e professores mais específicos. No segundo grupo foi debatido a questão de modificar a forma como o colégio passa a informação sobre as DSTs, foi sugerido que houvesse um profissional da saúde ou alguém que tem a doença para relatar mais de perto a situação, porque, segundo eles as imagens que geralmente eram usadas não faziam tanto efeito. Também sugeriram que houvesse uma matéria de sexologia. No segundo grupo, um participante falou que as informações que passavam na TV indicavam muito o sexo, mas não as informações do que causava uma doença e os outros falaram sobre a necessidade de fortalecer o assunto dentro da escola. Comentaram também a importância dos pais, que também deveriam ser orientados para que pudesse passar informações corretamente. Com relação à gravidez foi dito por um participante que “no modo como o mundo tá, ter um filho agora não é fácil, por isso que ninguém mais quer ter muitos filhos, quer um ou dois no máximo, é muito difícil.” (GF2). Outra menina contrariou, dizendo que conhecia uma menina de 19 anos que tinha o sonho de engravidar.

Quando perguntados a respeito de uma possível diferença entre uma pessoa portadora do HIV e uma pessoa ter AIDS surgiu entre os participantes do primeiro grupo focal que: o HIV seria só o vírus, enquanto a AIDS seria a doença; que a AIDS seria quando há manifestação do vírus; e um participante

achava que era a mesma coisa. A discussão seguiu com os participantes discutindo formas de contrair a doença/vírus (não houve diferenciação específica nos discursos), sendo que havia um conhecimento de que o vírus poderia ser passado da mãe para o feto, no entanto as palavras usadas para essa transmissão incluíram “geneticamente” e “hereditária”. Sobre a transmissão do HIV foi citado também a transmissão sexual, através do sangue e por contato com feridas. Nessa discussão surgiram comentários de conhecimento de casos populares de pessoas que andavam nas ruas (no Rio de Janeiro e em São José dos Pinhais) com uma seringa que “tem AIDS” e que essas pessoas injetavam em outras pessoas na rua. Com relação a isso, uma participante revelou que sentia muito medo dessa situação. No segundo grupo focal surgiram algumas ideias um pouco diferentes, como a de que “todo mundo tem esse vírus”, que a AIDS seria um nível mais avançado que o HIV, que dependia do organismo e que HIV seria o termo mais técnico para falar da AIDS.

Com relação ao conhecimento sobre métodos contraceptivos, os participantes do primeiro grupo focal citaram conhecer, nesta ordem: a tabelinha, a pílula anticoncepcional, a pílula do dia seguinte, chá de canela (foi de conhecimento de alguns participantes que o chá de canela, ou vinho/quentão seria uma forma de antecipar a vinda da menstruação, e poderia ser usado no dia seguinte à relação sexual, mas também até 3 meses de gestação como abortivo), DIU, “aquele que corta os caninhos das trompas” se referindo à laqueadura, a camisinha e o anticoncepcional injetável. Já no segundo grupo foram citados, nesta ordem: remédio (se referindo às pílulas), adesivo, seringa, “os internos” (se referindo aos usados nas mulheres como DIU), camisinha, vasectomia e camisinha feminina. A discussão seguiu com os participantes dando suas opiniões sobre os métodos, como, por exemplo, a fala dessa participante: “Tem a camisinha feminina, as pessoas sabem que existe, mas não sabem como usar, onde encontrar, nunca viram na vida. Tem uns que nem conhecem a camisinha feminina.”

Ainda com relação à camisinha feminina os participantes tiveram dúvida se a camisinha feminina protege de doenças. Outro participante falou a respeito das informações na mídia sobre as DSTs:

Acho que uma forma de fazer as pessoas usarem preservativo é jornais, televisão fazerem uma propaganda mais de mostrar o que é a doença, o que ela causa. Tem várias pessoas mais velhas que não sabem como pega a doença. Tem pessoas aí com doença que não sabem. Acho que se tivesse alguma coisa mais focada no que é mesmo... (GF2)

A respeito das divulgações sobre as DSTs os participantes disseram acreditar que quanto mais cedo se aprende sobre o assunto, melhor.

Com relação à sexualidade, os participantes do primeiro grupo focal afirmaram já terem ouvido falar em todos os lugares. Surgiram nos discursos que sexualidade não se escolhe, que “você tem que se comportar”, se proteger, que a orientação sexual é polêmica e que existem diversos movimentos. Já no segundo grupo as ideias apresentadas tiveram mais relação com o conceito de transgênero.

No conhecimento do significado de ser transgênero ou transexual pelo primeiro grupo, uma participante sugeriu que transgênero significa que “por dentro ele é uma mulher e por fora ele não é mulher” e que também “por fora parece uma mulher, mas por dentro são órgãos masculinos”. Foi citada nesse momento a existência de pessoas assexuadas. Com relação à bissexualidade os participantes afirmaram que seria uma pessoa que gosta dos dois sexos e uma participante falou sobre acreditar que os bissexuais têm preferências por um dos sexos. No segundo grupo os participantes disseram que transgênero seria a pessoa que não se identifica com seu gênero e contaram alguns casos que eles já tinham ouvido falar de transexuais e alguns comentaram que sabiam muito pouco sobre o assunto, que não era abordado na escola, que os assuntos relacionados à sexualidade discutidos nas aulas eram restritos às DSTs, o que volta a demonstrar a abordagem biológica-higienista. A respeito da bissexualidade o segundo grupo conceituou como uma pessoa que “se identifica com qualquer gênero” e que existem casos que a pessoa gosta mais de um sexo do que de outro.

Com relação a pessoas transgêneros uma participante do primeiro grupo disse saber que tem gente que toma remédio para controlar “porque é bem complicado a pessoa se parecer uma mulher por fora e descobrir que é homem” e ainda citou o caso de um casal que só teria descoberto que um dos parceiros

tinha órgãos internos não condizentes com a aparência externa quando tentaram engravidar. Houve também uma participante que contou: “Eu vi o caso de um menino que se matou porque ele fez a cirurgia de troca de sexo e as enfermeiras (ele tava num lugar de suicidas) continuavam tratando ele como menina” (sic).

3.3.2 Categoria 2 - FAZER

Neste tópico reunimos as falas referentes às ações dos participantes.

Sobre os lugares onde os participantes do primeiro grupo tiveram conhecimento sobre alguma DST, eles afirmaram que durante seu período escolar houveram vários momentos em que eles tiveram contato com o assunto, e um aluno contou: “Foi na 6ª série, a gente nem entendia nada direito e a professora tava dando aula pra gente” (sic); demonstrando que talvez o conhecimento não tenha feito tanto sentido por não fazer parte do dia-a-dia do participante naquela época.

Com relação aos métodos contraceptivos que os participantes do primeiro grupo faziam uso, o mais citado foi a camisinha, por ser “mais fácil de achar” e ser vista como confiável. Além dela foi citado também o anticoncepcional. Já a respeito da confiabilidade, uma participante relatou medo de a camisinha furar e nesta parte o chá de canela foi novamente citado como uma solução. No segundo grupo foi citado o remédio e a camisinha. Uma participante afirmou “pra usar, você precisa primeiro fazer” (sic), indicando que nunca tinha tido relações sexuais.

Quando perguntados sobre os motivos que os levariam a usar camisinha, todos do primeiro grupo deram mais importância ao fato de prevenir uma gravidez, sendo que só foi citado evitar doenças por uma pessoa. No segundo grupo, ambos os motivos foram citados, e também foi falado a respeito do tabu em ser mãe/pai na adolescência. Com relação ao uso em si um participante comentou que seria fácil falar de usar a camisinha em todas as relações, mas que na hora nem sempre era assim, e outro complementou “aí na hora é ‘ai não, não, vamo sem, vamo sem, vai dá nada” (sic).

No segundo grupo quando surgiu o assunto da vergonha, relatada por uma participante, em comprar camisinha, perguntamos se eles deixariam de usar camisinha por vergonha de comprar e eles disseram que não, mas logo surgiu o assunto de ir ao ginecologista ou ir ao urologista e a vergonha envolvendo isso, sendo que uma participante relatou “Minha mãe já me indicou, minha irmã já me indicou, eu já cheguei até a marcar consulta, e quando eu tava lá no negócio eu fui embora. Não consigo.” (sic).

3.3.3 Categoria 3 - CONVIVER

Neste tópico apresentamos as falas do discurso dos participantes que apresentam momentos em que demonstram o viver junto com outras pessoas, nem sempre com opiniões iguais.

As questões relacionadas à sexualidade foram mais citadas em um discurso de convívio. No primeiro grupo, um participante citou a existência dos movimentos LGBTs e foi debatida a questão em torno do preconceito. A maioria dos participantes afirmaram não ter preconceito, no entanto os discursos traziam falas indicando o desconforto em ver homossexuais se beijando. Apesar disso, houve afirmação de que a violência não cabia nesses casos. Também houve debate apontando uma “competição” dos movimentos LGBTs com os movimentos religiosos e ainda um participante falou em “usar o medo da pessoa de ser chamado de homofóbico para coagir ela a aceitar a opinião do outro” se referindo à orientação sexual. Uma participante citou a avó, relacionando a idade à consideração que a pessoa teria sobre o que seria uma relação normal:

É tipo tentar colocar na cabeça da minha vó que é normal uma mulher gostar de outra mulher, que ela não escolheu aquilo. Pra minha vó não, é errado. Mas tem que respeitar, tem que tolerar. Ela foi criada desse jeito, ela aprendeu assim, então não posso chegar e falar é assim (GF1).
(sic)

Ainda em relação à sexualidade, os participantes do primeiro grupo também citaram o direito a escolha de cada um, segundo uma participante: “Deus fez o homem e a mulher e eu vou beijar a boca de quem eu quiser”. No segundo grupo, o foco do debate sobre sexualidade foi em torno do preconceito

com relato de uma das participantes sobre seu pai ter feito exame de próstata: “aí ele falou tipo ‘mano, foi embora minha masculinidade’ aí eu ‘calma, pai, foi só um exame’”.

Sobre bissexualidade uma participante (a mesma do primeiro grupo que acreditava que os bissexuais apresentam preferências), relatou ter várias amigas que tinham preferências por um sexo ou por outro. No segundo grupo, os participantes afirmaram que convivem com diversas informações sobre transexualidade, principalmente por meio da internet e de vídeos, mas não no colégio.

Quando perguntados sobre a existência de uma possível relação entre ser feminino ou masculino (expressão de gênero) com a sexualidade, os participantes de ambos os grupos focais afirmaram que não existia interferência e que a pessoa tinha que se expressar do jeito que ela quisesse independente de julgamentos sobre a sexualidade, e também que a sexualidade não influencia no comportamento ou personalidade, sendo que seria preconceituoso relacionar uma determinada sexualidade a uma determinada profissão. Duas participantes do primeiro grupo afirmaram conviver em seu trabalho com homossexuais, bissexuais e transexuais. No segundo grupo um participante contou que tem um amigo que é “mais feminino”, que quer ser modelo ou estilista e estaria namorando uma garota, mas sofre um pouco de preconceito por ser “afeminado” afirmando que uma coisa não teria relação com a outra.

3.3.4 Categoria 4 - SER

Neste tópico buscamos as falas em que os participantes se identificam com situações que surgiram nos grupos focais, envolvendo conhecer, fazer e conviver.

Nos discursos do primeiro grupo se pôde perceber a relação com a família. Os participantes afirmaram sentirem-se orientados por suas famílias a respeito das DSTs. Uma das participantes disse que se sentia muito orientada por sua mãe e que esta teria conversas bem abertas com ela e com sua irmã a respeito dos anticoncepcionais também. Já no segundo grupo houve falas

relatando a falta de orientação da família a respeito de DSTs e também do uso de preservativos, sendo que eles afirmaram que assuntos relacionados a isso eles aprenderam com irmãs(os) ou amigas(os), e uma participante relatou o uso de uma mentira pela mãe para falar sobre preservativo:

Quando eu tinha uns 13 anos via na TV sobre a camisinha e perguntava pra minha mãe o que era e ela dizia 'ah, é que quando você fica com frio...'. Depois que eu descobri falei pra ela 'mãe, por que você falava isso? (GF2). (sic)

Outro participante falou a respeito dos tabus envolvendo os contraceptivos e julgou nosso projeto interessante por contribuir para que o tabu fosse quebrado. Uma participante afirmou que sentia vergonha em ir até a farmácia para comprar camisinha e deu sua opinião a respeito dos anticoncepcionais:

Eu não gosto de medicamento, vi esses tempos muitos casos de trombose. O adesivo era um dos que pensava que era melhor, mas na verdade é um dos que mais causa trombose, a incidência é maior ainda, então sou muito contra esse tipo de remédio (GF2)

No primeiro grupo houveram discursos envolvendo sexualidade e igreja, uma participante contou que parou de ir à igreja por perceber que esta discriminava algumas vezes os homossexuais. A mesma participante afirmou, durante a discussão a respeito da transexualidade, que sentia-se muito confusa, pois acreditava que Deus não cometia erros e que mesmo assim existiam pessoas transexuais.

Nas falas envolvendo a possível relação entre expressão de gênero e sexualidade, uma participante do primeiro grupo disse que não havia relação, pois "uma menina pode ser extremamente molecona e gostar de meninos", outra respondeu "tipo você" e a primeira concordou "tipo eu", esta comentou mais tarde que isso às vezes era um problema, pois sendo mais masculina os meninos a viam como amigo e não como garota. No segundo grupo uma menina usou o mesmo tipo de argumento:

Com certeza nada, porque eu sou uma pessoa super masculina, eu sou tipo um piaçã, e nunca gostei de menina. E é um tabu também, porque vamos supor, eu gosto mais de usar tênis do que salto alto, moletom, calça jeans, não sou muito delicada, e o que isso tem a ver com a minha

sexualidade? Porque isso é mais masculino? Não deixa de ser feminino também, esse jeito mais moleque (GF2).

3.4 Intervenção

Após a realização dos grupos focais, as dúvidas que surgiram no processo foram sistematizadas e apresentadas aos alunos num segundo momento. Eles puderam levantar questionamentos que não haviam colocado nos encontros dos grupos focais e opinar sobre a forma com que os conteúdos que estavam sendo apresentados, sobre DSTs, contracepção, identidade e expressão de gênero, orientação sexual, discriminação, etc., são tratados na escola, quando o são.

A segunda parte da intervenção contou com a utilização das múltiplas linguagens por parte dos participantes, que foram previamente apresentados à metodologia. A proposta foi de que elaborassem algum material, com a liberdade dada pelas múltiplas linguagens, cujo tema tivéssemos discutido em sala. Também deveriam pensar durante a elaboração da atividade, o público alvo a que se destina o trabalho.

Algumas das atividades apresentadas por eles estão em anexo (ANEXO D, E, F e G), no entanto, alguns grupos não apresentaram seus projetos finais no dia, e devido a situação do momento que envolveu as ocupações dos colégios estaduais do Estado, não recebemos o material final.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste trabalho foi conhecer o que os estudantes de ensino médio sabem a respeito da sexualidade e gênero, como os livros didáticos e outros materiais disponíveis para a escola tratam desses assuntos, bem como contribuir com o desenvolvimento da pesquisa na área de sexualidade e gênero na educação, no sentido de disponibilizar às e aos docentes outra forma de abordar a educação sexual na escola, propondo as múltiplas linguagens como metodologia didático-pedagógica.

Para entender como a sexualidade e o gênero estão sendo abordados na escola, analisamos as informações disponíveis nos livros didáticos e em outros materiais disponíveis aos alunos fora do ambiente escolar. Além disso, foram realizados dois grupos focais para levantar dados quanto às concepções dos participantes quanto à temática, seguido de um encontro de discussão e exposição das dúvidas, onde pudemos trazer concepções mais atuais e desmistificar determinados pontos. O último momento foi a realização de uma intervenção junto aos alunos, em que estes utilizaram as múltiplas linguagens, e os conhecimentos construídos até então, para produzirem materiais que divulgassem algum aspecto de interesse do grupo quanto ao gênero e à sexualidade, direcionado a determinado público alvo.

Consideramos que o objetivo foi alcançado pois pudemos avaliar as informações disponíveis aos alunos e os conhecimentos deles próprios, e ainda utilizar as múltiplas linguagens na educação sexual, de forma positiva. Os alunos se sentiram mais à vontade para opinar e tirar dúvidas, nos grupos focais, e apresentaram os aspectos que mais chamaram sua atenção na forma de cartazes, história em quadrinhos e teatro. Dar essa liberdade de escolha quanto à forma de expressar seus saberes, se mostrou facilitadora mesmo na abordagem de temas usualmente constrangedores, da mesma forma que o modo como expusemos os temas, na forma de um debate e não como transmissoras do conhecimento, incentivou a participação dos alunos.

Percebemos, pelo discurso dos jovens, um forte embate com a igreja, que através de uma percepção moralista contribui para o preconceito em torno da temática, principalmente no que se refere aos assuntos de gênero. Nos livros didáticos disponíveis aos alunos, uma das principais referências de saber deles, ainda são muito fortes as abordagens higienistas, que resumem a temática a

uma visão biológica, excluindo praticamente toda a questão sócio-político-cultural. Além disso, nos grupos focais, algumas falas estavam carregadas de preconceito, aparentemente não percebido pelos participantes, que em outros momentos defenderam direitos iguais para todas/os, evidenciando um discurso repetido arraigado na estrutura da sociedade. Notamos aqui a importância de aproveitar o ambiente escolar como um lugar para discussões sobre o assunto, que surgem entre os próprios alunos, e na maioria das vezes são deixadas de lado em prol de seguir com o conteúdo planejado.

A Educação Sexual já foi defendida segundo uma abordagem biológica e higienista, depois passou a incluir as questões de gênero e a própria sexualidade de forma mais ampla, incluindo os aspectos sócio-culturais. Vivemos um momento de avanço do conservadorismo, que contribuiu ao longo dos anos para que gênero e sexualidade continuassem sendo um tabu, dificultando o debate em sala de aula, e traz consigo uma ameaça constante contra as conquistas de tantos anos quanto à educação sexual estar presente na escola.

Em relação às múltiplas linguagens, apesar de serem facilitadoras na aprendizagem, pouco se pesquisa ainda sobre elas, quanto mais em relação à educação sexual. Sua história é mais curta, mas estão surgindo com grande potencial num momento de novas tecnologias e demandas por parte dos alunos, que deve ser explorado também no ensino de gênero e sexualidade. Os métodos tradicionais não são mais suficientes, e precisamos nos adaptar às mudanças e garantir que o espaço escolar seja libertador e emancipatório.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; SILVA, L. B. da. **Juventudes e sexualidade**. Brasília, DF: UNESCO, agosto de 2004.

APF. Associação para o planejamento familiar. Disponível em: <<http://www.apf.pt/loja>> Acesso em: 16 de novembro de 2016.

AQUINO, C.; MARTELLI, A. . **Escola e educação sexual: uma relação necessária**. Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. Paraná: UNIOESTE, 2012. Disponível em: <http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Genero,_Sexualidade_e_Educacao/Trabalho/12_40_16_1105-7444-1-PB.pdf> Acesso em: 10 de novembro de 2016.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, LDA, 2009.

BARCELLOS, R. da S. de. **As múltiplas linguagens e a construção do conhecimento na aula de LM e LE**. Colégio Estadual Tenente Otávio Pinheiro (CETOP) - Universidade Federal Fluminense (UFF). Rio de Janeiro: UFF, sem data. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/ixfelin/trabalhos/pdf/16.pdf>> Acesso em: 16 de novembro de 2016.

BRASIL. Lei n.º 010172, de 9 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>> Acesso em: 16 de novembro de 2016.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm> Acesso em: 16 de novembro de 2016.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997. 126p.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: temas transversais**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998. 436p.

BRASIL. **Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: ano de 2012**. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013. Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/wp-content/uploads/2015/07/SDH_relatorioviolenciahomofobica2012.pdf> Acesso em: 16 de novembro de 2016.

CÉSAR, M. R. de A.. Lugar de sexo é na escola? Sexo, sexualidade e educação sexual. In: **Sexualidade**; Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. Curitiba, PR: SEED, 2009a. p. 49 – 58. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/sexualidade.pdf> Acesso em: 15 de novembro de 2016.

_____. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma “Epistemologia”. **Educar em Revista**, n. 35, p. 37-51. Curitiba, PR: Editora UFPR, 2009b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n35/n35a04>> Acesso em: 10 de novembro de 2016.

DELLORS, J. et al. **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Cortez Editora, 1996. Disponível em: <http://www.pucsp.br/ecopolitica/documentos/cultura_da_paz/docs/Dellors_alli_Relatorio_Unesco_Educacao_tesouro_descobrir_2008.pdf> Acesso em: 14 de novembro de 2016.

ECOS. Comunicação em sexualidade. Disponível em: <<http://aecos.blogspot.com.br/>> Acesso em: 16 de novembro de 2016.

FIGUEIRÓ, M. N. D. Revendo a história da Educação Sexual no Brasil: ponto de partida para construção de um novo rumo. **Nuances**, vol. IV, n. 4. São Paulo: UNESP, setembro de 1998. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/84/96>> Acesso em: 08 de novembro de 2016.

FURLANI, J. Abordagens contemporâneas para Educação Sexual. In: **Educação sexual na escola: equidade de gênero, livre orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças**; Jimena Furlani (org.). Capítulo 2. UDESC - MEC - SECAD. Santa Catarina: 2008. p. 18 - 42.

_____. Encarar o desafio da Educação Sexual na escola. In: **Sexualidade**; Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. Curitiba, PR: SEED, 2009. p. 37 – 48. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/sexualidade.pdf> Acesso em: 15 de novembro de 2016.

_____. **O Bicho vai pegar!**: um olhar pós-estruturalista à Educação Sexual a partir de livros paradidáticos infantis. 272 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação (FACED), Universidade Federal do Rio Grande do Sul: 2005. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/13259/000491228.pdf>> Acesso em: 10 de novembro de 2016.

GEWANDSZNAJDER, F.; LINHARES, S. **Coleção Biologia Hoje**: 1º ano. PNLD 2015, 2016, 2017. 2ª edição. São Paulo: Ática, 2015.

GOBBI, M. **Múltiplas linguagens de meninos meninas no cotidiano da educação infantil**. 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6678-multiplaslinguagens&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192> Acessado em: 5 de dezembro de 2016.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Saúde - 2013**: acesso e utilização dos serviços de saúde, acidentes e violências. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Ministério da Saúde. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94074.pdf>> Acesso em: 14 de novembro de 2016.

JUNQUEIRA, R. D. (org.). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC). Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2009. Disponível em: <http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/repositorio/39/diversidade_sexual_na_educacao_e_homofobia_nas_escolas.pdf> Acesso em: 14 de novembro de 2016.

LOURO, G. L. Teoria *Queer*: uma política pós-identitária para a educação. In: **Estudos Feministas**. vol. 9. nº 2. Santa Catarina: UFSC, 2001. p. 541 - 553.

MELO, P. S. L.; ARAUJO, W. P. **Grupo Focal na Pesquisa em Educação**. Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED-UFPI). Teresina, PI: UFPI, 2010. Disponível em: <http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.3/GT_03_10_2010.pdf> Acesso em: 15 de novembro de 2016.

PARANÁ. **Sexualidade**. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. Curitiba, PR: SEED, 2009. 216 p.. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/sexualidade.pdf> Acesso em: 16 de novembro de 2016.

PROJETO DE LEI N.º 867/2015 de autoria do Sr. Izalci. **Programa Escola Sem Partido**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1317168.pdf>> Acesso em: 16 de novembro de 2016.

REIS, T.; HARRAD, D. (orgs). **Guia Agentes da Cidadania LGBT**: conceitos, contextos, direitos humanos, políticas públicas, advocacy e participação social. Centro Paranaense da Cidadania (Cepac). 1ª edição. Curitiba, PR: Ajir Artes Gráficas, 2015.

SANTOS, A. R. B; GAMA, A. F.; FOFONCA, E. **Múltiplas Linguagens**: uma proposta de formação continuada para professores do Ensino Fundamental I da rede municipal de Londrina e Região. Instituto Federal do Paraná (IFPR). EdUECE - Livro 2. Paraná: sem data. Disponível em: <<http://migre.me/vEUjo>> Acesso em: 14 de novembro de 2016.

SANTOS, D. B. C. dos. A educação sexual na escola:algumas possibilidades didático-metodológicas. In: **Sexualidade**; Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. Curitiba, PR: SEED, 2009. p. 59 – 71. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/sexualidade.pdf> Acesso em: 15 de novembro de 2016.

SANTOS, D. B. C. dos; ARAÚJO, D. C. de. Sexualidade e gêneros:questões introdutórias. In: **Sexualidade**; Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. Curitiba, PR: SEED, 2009. p. 13 – 27. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/sexualidade.pdf> Acesso em: 15 de novembro de 2016.

SEVERO, L. **O negro nos livros didáticos**: um enfoque nos papéis sociais. Monografia (Graduação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia: 2009. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/o-negro-nos-livros-didaticos-um-enfoque-nos-papeis-sociais/#gs.h50Rirl>>. Acesso em: 13 de novembro de 2016.

SILVA, F.F. da; RIBEIRO, P. R. C.; A participação das mulheres na ciência:problematizações sobre as diferenças de gênero. **Revista Labrys Estudos Feministas**. n. 10. jul./dez. 2011. Rio Grande do Sul: 2011 Disponível em: <<http://www.tanianavarrosain.com.br/labrys/labrys20/bresil/fabiene.htm>>. Acesso em: 13 de novembro de 2016.

APÊNDICE A - TALE - Termo De Assentimento Livre e Esclarecido

Esclarecimentos disponíveis no TALE original sobre a pesquisa.

“O que significa assentimento?”

Assentimento significa que você, estudante com idade entre 12 e 18 anos incompleta, concorda em fazer parte de uma pesquisa. Você terá seus direitos respeitados e receberá todas as informações sobre o estudo, por mais simples que possam parecer.

Pode ser que este documento denominado TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO contenha palavras que você não entenda. Por favor, peça ao responsável pela pesquisa ou à equipe do estudo para explicar qualquer palavra ou informação que você não entenda claramente.

Informação ao participante

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa, com o objetivo de investigar as principais dúvidas e dificuldades dos alunos do Ensino Médio frente à temática de sexualidade e gênero, e verificar a eficácia de múltiplas linguagens no ensino de sexualidade e gênero.

Essa pesquisa é importante porque servirá como base para o Trabalho de Conclusão de Curso das colaboradoras dessa pesquisa, podendo servir futuramente como um material base para outros professores que queiram buscar outros métodos para ensinar sobre sexualidade e gênero.

Toda pesquisa envolve interferência de risco ou benefício, direta ou indiretamente. Por você estar incluído na faixa etária de 12 a 18 anos incompletos, faz parte de um segmento da população que se caracteriza como um grupo de risco por terem legislação própria.

A pesquisa, por trabalhar com questões referentes à sexualidade e à gênero, pode proporcionar algum grau de constrangimento, pois socialmente esses assuntos são considerados tabus e de difícil conversação. No entanto, a pesquisa não pretende reprimir ou expor qualquer participante pela sua vivência, e sim dar voz para que o assunto seja discutido livremente. É com esse intuito de minimizar possíveis constrangimentos que a metodologia utilizará a técnica de grupo focal, já que essa retira a pressão que pode ser gerada no sujeito que fala, além permitir um grau melhor de amostragem qualitativa do grupo. Além disso, para minimizar quaisquer efeitos que possam surgir, será criado durante

os encontros sugeridos no projeto, um espaço agradável e descontraído, com garantia de sigilo e anonimato, dando a possibilidade de você, caso sinta-se constrangido, de comunicar isso às pesquisadoras e se retirar da pesquisa sem nenhum ônus.

Os benefícios esperados com essa pesquisa são proporcionar ao/a aluno(a) o entendimento sobre temas referentes a sexualidade e gênero, tornando-o(a) mais consciente a respeito dos temas.

O que devo fazer se eu concordar voluntariamente em participar da pesquisa?

Caso você aceite participar, será necessário que você compareça normalmente às aulas de Biologia ou em horário no contraturno, desde que combinado com sua professora e participar das atividades propostas que envolvem grupo focal, aula teórica e trabalho em grupo.

Grupo focal é uma técnica de pesquisa em que os participantes se reúnem em grupo para conversar, discutir e se posicionar frente a um tema específico, proposto, em comum acordo, com o(s) pesquisador(es).

A sua participação é voluntária. Caso você opte por não participar não terá nenhum prejuízo no seu desempenho escolar.”

APÊNDICE B – Roteiro do Grupo Focal

1º Apresentar as regras do grupo:

- Respeitar a privacidade dos outros participantes e não repetir o que foi discutido fora do grupo focal.
- Uma pessoa deve falar de cada vez.
- Respeitar a opinião dos outros – não rejeitar ou criticar os comentários dos demais participantes.
- Dar a cada um a mesma oportunidade de participar da discussão.

2º Apresentação de cada participante, introdução e objetivo do grupo focal.

3º Perguntas norteadoras do debate (começando com mais fáceis)

Tema DSTs

- O que seriam doenças sexualmente transmissíveis?
- Como que eu poderia pegar uma DST?
- Quais DSTs vocês conhecem?
- Por onde geralmente vocês ouvem/ouviram falar sobre as DSTs?
- Existe diferença entre um portador do HIV e uma pessoa com AIDS?

Tema Gravidez

- Quais são os métodos contraceptivos que vocês adotam?
- Que motivos levariam vocês a usarem a camisinha, por exemplo?

Tema sexualidade e gênero

- O que vocês já ouviram falar sobre sexualidade? E sobre gênero? O que vocês acham que tem de diferente entre um e outro?
- O que significa uma pessoa ser transsexual ou transgênero? E bissexual?
- Pra vocês, o que tem de relação entre ser feminino ou masculino, que seria a expressão do gênero, com a sexualidade?
- Existe alguma influência na personalidade, comportamento, caráter, profissão pelo gênero e a sexualidade de um indivíduo?

ANEXO 1 - Caderneta de Saúde da/o Adolescente

ANEXO 2 - Panfleto “AIDS - Prevenir é a grande questão.”



ANEXO 3 - Guia Agentes da Cidadania LGBT




ANEXO 4 - Atividade 1 (cartaz)

TENHA CONSCIÊNCIA !


USE... PRESERVATIVO

CAMISINHA MASCULINA




R\$4,00 3UND
em med.a GRATES NOS POSTOS

FRALDA



R\$150,00
100 unidades
↑
MAIS BARATO

LEITE

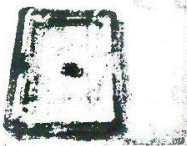


em media R\$40,00 400g
↑
MAIS BARATOS

O governo fornece Camisinha GRATES e instruções.

Um filho custa em media R\$500,00 por mês. Básico para um bebê

PILULA DO DIA SEGUINTE



em media R\$20,00 UND
↑
INGEÇÕES GRATES NOS POSTOS.

NÃO CAIA NO MOMENTO

ANEXO 5 - Atividade 2 (cartaz)

AMOR É AMOR



AME

Seja +
que um rótulo

Eu era o menino gay da sala de aula, O amigo gay que para as meninas era um desperdício. Para os meninos uma vergonha. contagiosa que poderia virar suspeita contra eles se por acaso me tratassem feito gente professoras. Para vovó, Alguém amaldiçoado pelo desejo, Mesmo quando ainda virgem. Para minha psicóloga, mais uma criança superprotetida sentindo falta de uma figura masculina.

E para mim? Bem, ninguém nunca me perguntou nada.

ANEXO 6 - Atividade 3 (roteiro de teatro)

— "já aconteceu de você se sentir deslocado?
Deslocado dentro de si mesmo?"

(~~Eu já gostei de mim~~)

eu não gosto dele, só gosto de passar o tempo ^{perdo}
(Ele tá ~~nessa~~ ~~do lado~~ ~~antes~~ ~~que~~ ~~eu~~ ~~já~~ ~~gostei~~ ~~de~~
Mimmes antes, então foi assim. foi estranho.

- Um estranho de bom... eu gosto ~~dele~~ ^{disso}. Merda, eu
gosto dele.

- Foi um n^o pensar que não escolhi, Ele sempre tá
ali, como ~~um~~ ~~susto~~ se estivesse me perseguindo.
(ficam de frente)

(~~Mas no fim~~)

eu tô confuso, Mas quero estar confuso com
você.

(beijo)

ANEXO 7 - Atividade 4 (história em quadrinhos)